Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO

UEMASUL

PRO-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA-

PROGESA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS

CURSO DE PEDAGOGIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE
“CAMINHOS DO SERTÃO”**

Imperatriz
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
UEMASUL
PRO-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA-
PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE PEDAGOGIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE
“CAMINHOS DO SERTÃO” DA UEMASUL**

Área: Ciências Humanas

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL, elaborado com o objetivo de obter, aprovação pelo CONSUN/UEMASUL.

Projeto aprovado pela Resolução N° __/2019-CONSUN/UEMASUL, de / /2019

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia

ÁREA: Ciências Humanas

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: 8 Semestres

REGIME LETIVO: Semestral

TURNO (S) DE OFERTA: Diurno

VAGAS AUTORIZADAS: 200

CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3.245

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 3.045

DISCIPLINAS OPTATIVAS: 180

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: 405 horas

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC): 200 Horas

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Pedagogia

DADOS INSTITUCIONAIS

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

CNPJ: 26.667.304\0001-81

CENTRO: CCHSL

ENDEREÇO: Rua Godofredo Viana, N° 1300, centro, CEP- 65901-480

Imperatriz-Maranhão.

EMAIL: pfd@uemasul.edu.br

Reitora

Elizabeth Nunes Fernandes

Vice-Reitor

Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade e Acadêmica

Regina Célia Costa Lima

Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Sheila Elke Araújo Nunes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Alinne da Silva

Coordenadora do Programa de Formação Docente

Nice Rejane da Silva Oliveira

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Vanusa da Silva Lima

Comissão de Elaboração/Sistematização

Vanusa da Silva Lima

Gilvânia Ferreira da Silva

Débora Ribeiro de Sousa

Projeto aprovado pela Resolução N° __/2019-CONSUN/UEMASUL, de / /2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
JUSTIFICATIVA.....	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
Missão, Visão e Valores da UEMASUL.....	15
1.1.1 Missão.....	15
1.1.2 Valores.....	15
2. CONTEXTO REGIONAL.....	16
Unidades Avançadas: panorama geográfico e social dos municípios.....	17
3. TRAÇOS HISTÓRICOS DE CURSO DE PEDAGOGIA	23
TRAÇOS HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UEMASUL.....	29
4. POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS.....	30
4.1 Inclusão Social e o Ensino de Pedagogia.....	31
4.2 Inclusão étnico-racial e o Ensino de Pedagogia.....	32
5. OBJETIVOS.....	33
Objetivo Geral.....	33
Objetivos Específicos.....	33
Desafios do Curso.....	34
6. PERFIL DO INGRESSANTE.....	34
7. PERFIL DO EGRESSO.....	35
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	36
8.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	36
8.2 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	37
8.1.1 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Fundamentos da Educação.....	37
8.1.2 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Política e Gestão Educacional.....	37
8.1.3 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Educação Inclusiva.....	37

8.1.4	11.2.4 Componentes Curriculares do Núcleo Específico	37
8.1.5	Sequência aconselhada	41
11.3	ESTÁGIOS.....	45
11.3.1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	45
9.	EMENTÁRIO	47
10.	DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS	75
11.	DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA DA REGIÃO TOCANTINA	77
13.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	88
14.	AValiação	88
12.	SEMINÁRIOS INTEGRADORES	90
13.	CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	91
16.1	Coordenação Administrativa e Pedagógica.....	91
A-	coordenador(a) Geral.....	92
B -	secretário(a) do(a) coordenador(a) geral	92
C -	coordenador(a) pedagógico(a).....	92
D -	secretário(a) Acadêmico(a)	93
E -	coordenador(a) de Curso.....	93
F -	coordenador(a) Local	94
G -	secretário(a) Local	95
H-	assistente Local.....	95
	Corpo docente.....	95
14.	INFRAESTRUTURA	96
17.1	SALA DE AULA, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECA	96
17.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	96
15.	REFERÊNCIAS	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Docentes na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2018.....	11
Tabela 2: Dados inerentes à integralização do curso.....	36
Tabela 3: Componentes Curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	37
Tabela 4: Componentes Curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	37
Tabela 5: Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	37
Tabela 6: Relação das disciplinas do Núcleo Específico do Curso de Licenciatura em Pedagogia CCHSL/UEMASUL	37

APRESENTAÇÃO

O Programa de Formação de Docente “Caminhos do Sertão” UEMASUL, foi constituído visando atender geograficamente a área de abrangência da UEMASUL. Conforme Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, que abrange 22 (vinte e dois) municípios (MARANHÃO, 2016).

A Instituição de Ensino Superior, UEMASUL, vai ofertar um mosaico de cinco cursos de Licenciatura, todos presenciais, que ocorrerão concomitantemente, nas quatro Unidades Avançadas em municípios sedes, (Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios) escolhidos estrategicamente para atender as regionais de formação de professores que já atuam na área, além de alunos egressos do ensino médio nesses municípios. A presença da UEMASUL nestes cenários contribuirá para diminuir as distâncias sociais e geográficas, universalizar e democratizar o acesso ao ensino superior.

O Curso de Pedagogia Licenciatura foi amplamente solicitado e será ofertado em todas as quatro Unidades Avançadas. Sublinhamos que a alta demanda para este curso, totalizou a implantação de 5 turmas simultâneas. O presente projeto se adequa aos mesmos parâmetros do curso de licenciatura em Pedagogia ofertado na sede da UEMASUL.

Portanto, o referido projeto é fruto de um trabalho coletivo assumido pelos docentes, discentes e técnico-administrativos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Esse empreendimento resultou na nova proposta para o Curso de Pedagogia desta IES. Inicialmente, foi feito um levantamento de informações, abrangendo as mais diversas vozes que estão direta e indiretamente vinculadas ao Curso.

A metodologia desse levantamento consubstanciou-se de um dinâmico debate sobre o curso de Pedagogia da UEMASUL quanto à estrutura curricular e quanto aos fundamentos teórico-metodológicos. Tais debates resultaram na definição do perfil do profissional que pretendemos formar no âmbito da Pedagogia. Nosso ponto de partida, de modo particular, foram as especificidades da Região Tocantina do Maranhão e, de modo geral, as necessidades atuais postas pela sociedade brasileira em termos de Educação e Política Nacional.

A proposta segue as orientações emanadas da Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA) e também está embasado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMASUL 2017-2021. Assim, o Projeto Pedagógico, que ora apresentamos à comunidade acadêmica, reflete o momento de profundo amadurecimento dos segmentos que compõem a UEMASUL como um todo e, em especial, o Curso de Pedagogia que, em meio às divergências ocorridas durante seus 15 anos de existência, conseguiu equacionar as decisões a

serem tomadas diante da realidade regional e nacional, em termos de educação. Os avanços tecnológicos, os limites impostos pela economia de mercado, as questões ambientais, a necessidade de superar barreiras, preconceitos e estigmas em direção a uma formação mais humana, foram os eixos que nortearam as discussões e, conseqüentemente, a proposta a seguir.

JUSTIFICATIVA

O crescente processo de globalização da economia em função da incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais vem provocando uma reestruturação do trabalho em escala planetária (LIBÂNEO, OLIVEIRA, e TOSHI, 2007). Essas mudanças, por sua vez, vêm repercutindo na relação entre trabalho e educação. Ou seja, o mundo globalizado exige que se amplie a base de conhecimento do trabalhador, dotando-o de habilidades cognitivas, comportamentais e tecnológicas que antes não eram exigidas (FRIGOTTO, 2001).

Ciente dessa complexidade, desde sua implantação em 2004, o Curso de Pedagogia que, anteriormente, pertencia ao Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tem procurado desenvolver uma formação pautada em uma tríplice dimensão: a dimensão da docência, a dimensão da gestão e a dimensão da pesquisa.

A dimensão da docência, em seu campo específico, tem sido a identidade do pedagogo no referido curso. Entendemos que esse profissional deve estar apto para responder pela docência, não somente com a apropriação dos conhecimentos científicos, mas, também, com as respectivas metodologias para fazer a adequada mediação da ciência, da arte e da filosofia junto aos alunos.

A dimensão da gestão, cuja preocupação é formar um profissional capaz de aplicar os conhecimentos, adquiridos ao longo do curso, nos diversos processos de gestão educacional. Esse processo inclui, desde a gestão da escola, até o desempenho dos processos de comunicação social, das políticas sociais, nas diversas instâncias do sistema educacional e da sociedade.

A dimensão da pesquisa em educação trata-se da preocupação análoga a qualquer curso de graduação, ou seja, o início da construção do conhecimento científico que procura desvelar o fenômeno histórico-cultural da educação. Por isso, a prática educativa exige de seu profissional a capacidade de investigar/diagnosticar os problemas concretos no interior da escola, bem como a solução deles amparado em paradigmas teóricos.

Assim, elaborou-se um rol de disciplinas, oriundas dos mais variados campos do saber, o presente projeto propiciará aos futuros pedagogos uma formação cultural, científica e ambiental, possibilitando-os a apropriação da cultura produzida historicamente em suas manifestações cotidianas (o dia-a-dia do senso comum) e não-cotidianas (a ciência, a filosofia e a arte). Essa apropriação tem por objetivo, formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida contemporânea, o que implica em capacidade de tradução dos conceitos em pratica e vice-versa, elementos visíveis em um educador crítico e emancipado.

A proposta romperá distâncias, e de antemão preocupou-se em traçar uma linha de raciocínio, que considera o contexto macropolítico nacional, e ao mesmo tempo buscou conhecer, compreender, e valorizar as pluralidades e especificidades regionais e de seus habitantes. De modo a desafiar-se a alinhar metodologias que reconheçam a existência de variadas formas de pensar e fazer educação. Sobretudo uma educação que possa auxiliar a formação de indivíduos, com responsabilidades capazes de promover desenvolvimento e sustentabilidade sócio cultural e ambiental, embasados no respeito e valorização às diversidades.

Quanto aos dados relacionados à quantidade de estabelecimentos, matrículas e número de professores da educação básica dos municípios sedes das Unidades Avançadas, de acordo com CENSO ESCOLAR (INEP, 2018) o município de **Amarante do Maranhão**, tem 719 matrículas no ensino Infantil com um contingente de 44 professores distribuídos em 18 escolas. Já no ensino Fundamental tem 3.016 matrículas com 234 docentes e 26 estabelecimentos de ensino. No ensino Médio conta 501 matrículas e 67 docentes em apenas 03 escolas.

Em **Itinga do Maranhão** há 31 estabelecimentos de ensino Infantil com 1.272 matrículas e 62 docentes. No ensino Fundamental o município tem 4.165 matrículas e 244 professores distribuídos em 40 escolas, já no ensino Médio tem 04 escolas com 1.077 matrículas e 57 professores. Prosseguindo o levantamento feito pelo Censo Escolar, o município de **Porto Franco** apresenta no ensino Infantil 1.734 matrículas, 86 docentes e 27 estabelecimentos de ensino. No ensino Fundamental 4.208 matrículas, 250 professores e 31 escolas. Já no ensino Médio 1.129 matrículas, 76 professores fazem parte do quadro de 03 escolas.

O município de **Vila Nova dos Martírios** possui 05 escolas de ensino Infantil, com 657 matrículas onde atuam 30 professores. Ainda possui 06 escolas de ensino fundamental, com 1.878 matrículas e 80 docentes. Há 16 professores que atuam no ensino médio, em 02 estabelecimentos de ensino que contam 408 matrículas. Vale ressaltar, que o relatório do Censo Escolar 2018 aponta que no Maranhão 42,7% dos professores que atuam no Ensino Fundamental não possuem formação de nível superior e na área de abrangência da UEMASUL 30% não possuem essa formação.

Tabela1- Número de Docentes na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2018.

Unid.de Fed.	Município	Número de Docentes na Educação Básica								
		Escolaridade/ Formação Acadêmica								
		Total	Fund.	Ens. Médio	Ensino Superior					
					Graduação			Pós-graduação		
					Total	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado
MA	Amarante do Maranhão	612	8	340	64	255	9	67	-	-
MA	Itinga	362	1	153	08	207	1	136	2	-
MA	Porto Franco	440	1	137	02	284	18	187	15	3
MA	Vila Nova dos Martírios	123	-	55	8	68	-	39	1	-

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2018.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL é uma autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e subordinada ao governo estadual, no que se refere aos subsídios para a sua operação. A origem desta instituição tem como marco o atendimento aos reclames por professores formados em nível superior. Sua trajetória foi definida no diálogo permanente com a comunidade, de forma que outras necessidades de formação em nível universitário foram incorporadas. Assim, as mudanças vivenciadas ao longo dos anos culminaram recentemente na criação da primeira universidade regional do Maranhão, constituindo um marco no deslocamento centro-interiorização quanto à localização de instituições dessa natureza no Estado.

A UEMASUL teve sua origem nos movimentos articulados de diversos atores e agentes públicos da região sudoeste do Maranhão, com o propósito de construir uma política pública de educação superior que contribuísse para o desenvolvimento do Estado. Localizada em uma região marcada pela presença de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano –

IDH, esta IES tem por missão potencializar a produção de novos conhecimentos, proporcionando novas perspectivas ao seu entorno.

A criação da UEMASUL é um marco na história do ensino superior maranhense e os traços históricos da sua constituição estão diretamente relacionados às necessidades regionais em que se localiza. Inicialmente, esta IES se arraigou e se expandiu a partir da cidade de Imperatriz quando, por meio das Leis Municipais nº 09 e 10, de 06 e 08 de agosto de 1973, respectivamente, o prefeito José do Espírito Santo Xavier criou a Fundação Universidade de Imperatriz – FUIM, posteriormente alterada para Faculdade de Educação de Imperatriz – FEI.

Em seguida, a Lei Municipal nº 37, de 1974, modificou a denominação FEI, para Faculdade de Ensino Superior de Imperatriz – FESI. Com a Lei Estadual nº 3.260, de 22 de agosto de 1972 foi criada a Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do Sistema Educacional Superior do Maranhão. Em 1979, por meio do Decreto Estadual nº 7.197, de 16 de julho daquele ano, a FESI foi incorporada à Federação de Escolas Superiores do Maranhão. À época, a FESI oferecia os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, na modalidade Licenciatura Curta. Estes cursos foram autorizados pelo parecer nº 75/1974, do Conselho Estadual de Educação – CEE/MA, e pelo Decreto Federal nº 79.861, de 27 de junho de 1977. Posteriormente, os cursos foram reconhecidos pela Portaria nº 147, de 06 de fevereiro de 1980, do Ministério da Educação.

Inicialmente, a FESM, foi constituída por quatro unidades de ensino superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Educação de Caxias. Em 1975, a FESM incorporou a Escola de Medicina Veterinária de São Luís e, em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz.

A FESM foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi. Inicialmente, a UEMA contava com 3 (três) campi: São Luís, Caxias e Imperatriz e 7 (sete) unidades de ensino: Unidade de Estudos Básicos, Unidade de Estudos de Engenharia, Unidade de Estudos de Administração, Unidade de Estudos de Agronomia, Unidade de Estudos de Medicina Veterinária, Unidade de Estudos de Educação de Caxias e Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz. Assim, a instituição em Imperatriz foi integrada à UEMA, inicialmente, como Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz - UEI.

Em 1982, foi apresentado um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, que propunha a criação da Universidade Estadual de Imperatriz. Devido às

contingências políticas daquele momento, este projeto foi arquivado. Posteriormente, por meio da Portaria nº 501, de 03 de julho de 1985, do Ministério da Educação, foi autorizada a plenificação dos cursos da Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz. A partir, da reorganização da UEMA, pela Lei nº 5.921, de 15 de março de 1994 a UEEI passou a ser denominada Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI-UEMA.

Em 2002, a Lei Estadual nº 7.734, de 19 de abril, dispôs novas alterações na estrutura administrativa do Governo, e a UEMA passou a integrar a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão. Nesse mesmo ano, por meio da Lei Estadual nº 7.767, de 23 de Julho de 2002, foi criado o Centro de Estudos Superiores de Açailândia - CESA-UEMA. Este Centro iniciou suas atividades com os cursos de Licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas.

Como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do Estado do Maranhão, sobretudo em cumprimento ao estabelecido na Lei Estadual nº 10.099, de 11 de junho de 2014, que aprovou o Plano Estadual de Educação Básica do Maranhão – PEE/MA, Metas 13, 14 15, 16 e 17, em 26 de setembro de 2016, o Poder Executivo do Estado enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – (ALEMA) o Projeto de Lei nº 181/2016 que propunha a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

Dessa forma, decorridos 30 dias de tramitação na ALEMA, no dia 26 de outubro de 2017, por unanimidade, os 32 deputados presentes na Sessão Ordinária aprovaram a criação da UEMASUL. Em seguida, a Lei Estadual nº 10.525, de 03 de novembro de 2016, sancionada pelo Poder Executivo, criou a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

A UEMASUL integra, então, juntamente com a UEMA, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei Estadual nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, atualmente vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI. O Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, que abrange 22 (vinte e dois) municípios (MARANHÃO, 2016).

A área de atuação territorial da UEMASUL está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Pindaré, Mearim e Gurupi. Geopoliticamente compreende 01 município na Mesorregião Central Maranhense – Sítio Novo; 18 municípios na Mesorregião Oeste Maranhense – Itinga, Açailândia, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Ribamar

Fiquene, Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso; e 03 municípios na Mesorregião Sul Maranhense – Porto Franco, Estreito e Carolina.

O Decreto Estadual nº 32.397, de 11 de novembro de 2016, designou a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão com a missão de diagnosticar as atividades e dar efetividade à Lei nº 10.525/2016.

A Medida Provisória, de autoria do Poder Executivo Estadual, nº 227, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL, cargos em Comissão e o Conselho Universitário – CONSUN e o Conselho Estratégico Social – CONEST, foi transformada na Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017. Com o Decreto Estadual nº 32.591, de 17 de janeiro de 2017, foi criada a dotação orçamentária desta nova IES.

A UEMASUL se configura, portanto, como a primeira Universidade Regional do Estado do Maranhão com a vocação de promover o desenvolvimento sustentável com responsabilidade socioambiental, com limites geopolíticos de atuação em vinte e dois municípios. Como Universidade Regional, a UEMASUL, se propõe a ser protagonista e mediadora na sociedade, força de vanguarda na discussão, elaboração e implantação da agenda da política pública para o desenvolvimento regional.

A criação da UEMASUL compreende três etapas: na primeira, denominada de período de transição, foi instituída uma equipe de transição e instalação composta por um representante do Poder Executivo, dois professores universitários indicados pelo governador, um representante da UEMA, um representante da procuradoria Geral do Estado, um docente e um discente (eleitos por seus pares). Na segunda, denominada de Gestão Pro Tempore, foi nomeada pelo Governador do Estado, Flávio Dino de Castro e Costa, como reitora, a Profa. Dra. Elizabeth Nunes Fernandes. O reitorado Pro Tempore foi iniciado em 1º de janeiro de 2017 e estendido a 31 de dezembro do mesmo ano. A terceira etapa, denominada de Período de Implantação, tem como marco institucional a nomeação da primeira reitora eleita via consulta pública pela comunidade acadêmica, permanecendo no cargo a Profa. Dra. Elizabeth Nunes Fernandes.

Esta nova universidade prioriza a oferta de cursos de graduação - licenciaturas e bacharelados, além de cursos de Especialização Lato sensu, mas pretende expandir sua atuação nos municípios de sua jurisdição através do Ensino a Distância. Ela ambiciona também oferecer, ao longo da vigência dos próximos cinco anos, cursos Stricto sensu, para atender a uma antiga demanda dessa região. A previsão desses cursos consta no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017-2021) desta IES.

1.1 Missão, Visão e Valores da UEMASUL

Compreendendo que a missão, a visão e os valores institucionais são fundamentais para o desenvolvimento consciente da Universidade, a UEMASUL destaca em seu PDI, o direcionamento para a atuação no âmbito da sociedade e no avanço do Maranhão. Expressa também neste documento as convicções que direcionam sua trajetória e os valores que incidem na escolha por um modo de conduta, tanto dos indivíduos quanto da Instituição. Desse modo, apresentam-se os fundamentos da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

1.1.1 Missão

Produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.

1.1.2 Visão

Ser referência regional na formação acadêmica, na produção e promoção da ciência, tecnologia e inovação, nos próximos cinco anos.

1.1.2 Valores

Os valores norteadores da UEMASUL, que se encontram alinhados com as diretrizes curriculares próprias do MEC e com as demandas da sociedade regional para a promoção do desenvolvimento sustentável, estão expressos a seguir:

- Ética
- Transparência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Autonomia
- Inclusão
- Responsabilidade social

Por ocasião da elaboração do Plano Pedagógico Institucional - PPI da UEMASUL foram eleitos os seguintes princípios filosóficos, políticos e educacionais que orientaram a construção desse documento e que fazem parte da própria razão de ser desta IES. São eles:

- Acesso democrático ao conhecimento e aos bens culturais acumulados social e historicamente;
- Construção ativa e permanente da própria identidade e autonomia, bem como protagonismo na produção do conhecimento;
- Gestão democrática, assegurada, a partir da existência e do fortalecimento de órgãos colegiados, consultivos, deliberativos, normativos e recursais;
- Valorização dos profissionais da educação e fortalecimento de sua identidade;
- Formação para atuação criativa, ética e transformadora do contexto contemporâneo;
- Cooperação com projetos de emancipação humana, a partir da livre produção e divulgação do saber;
- Inserção e desenvolvimento fundamentados na sustentabilidade;
- Domínio dos conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais, embasados pela consciência do devir histórico;
- Convivência, alicerçada na alteridade e no respeito às diferenças;
- Pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas;
- Formação para o trabalho, enquanto mediação do existir humano.

A missão, visão e princípios da UEMASUL, portanto, representam premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da instituição, bem como para a definição do seu dever, direcionado para o ensino, pesquisa e extensão de qualidade na Graduação e na Pós-Graduação, alcançando os municípios que estão sob sua jurisdição.

A UEMASUL prima por estimular a inovação tecnológica, incentivar e viabilizar a pesquisa científica e, assim, construir novos saberes de forma integrada com todos os atores sociais, com vistas à difusão do conhecimento, à promoção da formação integral do acadêmico e ao desenvolvimento sustentável da Região Tocantina.

2 CONTEXTO REGIONAL

A luta pela ampliação do acesso e a busca pela universalização da educação básica no Brasil deverão estar intrinsecamente ligadas tanto a um processo de ampliação de direitos/garantias individuais que caracterizam o desenvolvimento humano, quanto aos arranjos sociopolíticos e ao crescimento econômico característicos da sociedade moderna.

Nesse sentido, a elevação do padrão de escolaridade da população brasileira, incluindo a expansão do ensino superior, apresenta-se como uma estratégia para assegurar o aumento da qualidade de vida da população e a redução da exclusão social e cultural, além do desenvolvimento de competência nacional em ciência e tecnologia, condição essencial para o desenvolvimento não subordinado.

Portanto, uma das metas do Plano Nacional de Educação é o de garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência uma política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, que abrange 22 (vinte e dois) municípios. Estes estão inseridos nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Pindaré, Mearim e Gurupi. Geopoliticamente, corresponde 01 (um) município na Mesorregião Central Maranhense: Sitio Novo; são 16 (dezesesseis) municípios na Mesorregião Oeste Maranhense: Itinga, Açailândia, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Imperatriz, Joao Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Ribamar Fiquene e Campestre do Maranhão; e 05 (cinco) municípios na Mesorregião Sul Maranhense: Lajeado Novo, São João do Paraíso, Porto Franco, Estreito e Carolina. O Programa de Formação Docente da UEMASUL, atende à política de expansão da educação superior na Região Tocantina.

Unidades Avançadas: panorama geográfico e social dos municípios

No povoamento, criação e desenvolvimento econômico e social dos 4 (quatro) municípios-sede das Unidades Avançadas da UEMASUL, alguns contabilizam mais de um século de emancipação: Porto Franco (1920), Amarante do Maranhão (1953), e os mais recentes emancipados: Vila nova dos Martírios (1994), Itinga do Maranhão (1996). Existem peculiaridades geográficas, sociais e culturais a serem observadas e consideradas. Uma rápida incursão na história do desenvolvimento econômico de cada um deles, é possível perceber as diferentes problemáticas: ambientais, sociais e culturais. Suportados cada um a seu modo e a

seu tempo. Diferem-se também nas potencialidades econômicas e evidentemente, no público de seus munícipes.

Amarante do Maranhão e os donos do cocar

Amarante do Maranhão é um município que se distingue dos demais municípios maranhenses, está entre os dez maiores municípios do Estado em abrangência territorial, 7.669,090 km². A população total é de 37.932 (IBGE, 2010) 15.050 estão na zona urbana enquanto 22.882 habitam a zona rural. O IDMH (2010) 0.555, IDMH (2010) 0,441, PIB per capita R\$ (2014) 5.725,12.

Algumas das famílias tradicionais amarantinas originaram-se da chegada de emigrantes no ano de 1916, contudo, a cidade emancipou-se somente em 1953. Os chegantes vieram em busca de terras férteis, propícias para a o cultivo das lavouras de arroz, milho, feijão, e assim formaram os povoados que persistem até hoje: Pindaré, Mundo Novo, Campo Formoso, Grotão, Alvorada, além de mais recentemente, os assentamentos rurais. A economia local tem base na agricultura familiar e na agropecuária. Nas comunidades rurais, as quebradeiras de coco babaçu influenciam diretamente a economia doméstica.

Segundo uma das estrofes do hino municipal de Amarante do Maranhão, “A história de Amarante tem heróis e tradição, e seu povo aguerrido, [...] Homens de outras terras, Fortes bravos pioneiros, no tamanho do teu solo, foram eles os primeiros” (Benedito Batista Pereira). Convém lembrar que o retrato deste povo aguerrido, está composto também por dois povos Indígenas, que habitam a região Amazônica há mais de 300 anos, os Guajajara, do tronco Tupi, auto intitulados como os “donos do Cocar”, parte dos 413.288ha da Terra Indígena Araribóia estão inseridos neste município. Além do povo Gavião, parte do tronco jê, que habitam 13 aldeias distribuídas na terra Governador, em 41.644 ha.

Entretanto, os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos colocaram o município na mídia internacional quanto ao desmatamento pela retirada indiscriminada e comercio ilegal de madeira. Crime ambiental que ocorre, inclusive, nas duas terras indígenas (Governador e Araribóia) e entorno, ações que comprometem o desenvolvimento sustentável da região. Neste cenário, Amarante do Maranhão, foi incluído na Operação Arco de Fogo, ação governamental deflagrada em 2015, com o principal objetivo de reprimir a extração e venda de produtos madeireiros com origens ilícitas.

Os dados do IDEB destacam a nota média de 4.2 para os alunos das series iniciais e os dos últimos anos nota 3. A cidade, comparada as demais do Maranhão, ficou na posição 99 de

217. O IDEB, não aponta sobre educação diferenciada, a avaliação é tomada de forma genérica para todos os municípios matriculados, desconsiderando os distintos públicos educacionais.

Portanto, observa-se que no município de Amarante do Maranhão, no quesito educação, a população não é homogênea, as peculiaridades estão nos modos de vida diferenciados, não indígenas e indígenas. Entretanto, quanto ao tocante a educação indígena oferecida carece observar peculiaridades, são dois povos indígenas distintos entre si, a começar pela língua, (trata-se de dois troncos linguísticos distintos: Macro Jê e Tupi), cosmologia, mitologia e ritos originários de cada povo.

Uma Vila Nova e martírios ancestrais.

As áreas rurais da cidade de Imperatriz nos anos 50 a 60 do século passado, receberam famílias de várias partes do país em busca de uma porção de terra fértil. As grandes extensões de plantações de arroz abonaram o nome da conhecida “Estrada do Arroz”. Nas suas proximidades foram se concentrando aglomerações de trabalhadores, surgindo os povoados, sobretudo, com proximidade aos cursos d’água, a exemplo da comunidade de Vila Nova que se concentrou as margens do rio Martírios. Convém lembrar que, em tempos remotos, este espaço geográfico foi o habitat do povo Gavião, que a partir do contato com os não-indígenas, desceram o rio Tocantins, para aldearem-se em áreas pertencentes ao vizinho estado do Pará, onde permanecem até hoje.

O rio Tocantins foi a principal via de acesso dessas comunidades para o escoamento da produção de arroz e outros gêneros, além da castanha do Brasil e as amêndoas de babaçu. Eram, inicialmente, escoadas por tropas de animais até as margens do rio, seguindo em “batelões” para centros como Belém. Consideráveis mudanças ocorreram com a implantação da Belém-Brasília.

A bovinocultura marca economicamente o município que adequou os campos antes coberto pelas plantações de arroz, logo substituídos pelo capim que sustenta os rebanhos bovinos, para corte ou leite.

O babaçu marca a presença das mulheres no campo, e na economia das famílias. A proximidade com o estado do Pará, uma faixa considerável de terrenos alagadiços, favorável ao desenvolvimento da palmeira de açaí nativa e abundante na região. O fruto roxo é outro mote econômico que faz a diferença entre as famílias que realizam o extrativismo das sementes, enfatizada por eles como “ouro preto”. A paisagem da MA 125 é marcada pelos empreendimentos familiares que comercializam parte da produção do fruto.

Em Vila Nova dos Martírios, o desenvolvimento foi marcado pelo melhoramento das estradas, através da pavimentação de uma rodovia estadual, a edificação de uma ponte para romper seguramente a travessia do rio Martírios, a construção de escolas, foram esquadrihando a comunidade que se emancipou cidade, através da Lei 6.181 de 10 de novembro de 1994. O município conta com uma população estimada de 13.227 pessoas e território de 1.188,781 km².

Os vila-novenses convivem com os trilhos da estrada de ferro Carajás, que corta parte do município. Não existe estação de embarque ou desembarque de passageiros na cidade, apenas transporte de carga, em uma situação que já faz parte da paisagem. Do mesmo modo, vem se naturalizando as grandes faixas de terra coberta pelas fazendas de eucaliptos. A silvicultura implantada na região busca atender a demanda de empresas de celuloses. Nos empreendimentos de silvicultura, algumas vagas de empregos são ocupadas por parte dos munícipes, entusiasmando a economia local.

As inquietações com educação, se iniciaram com a formação do povoado, a chegada de Jose Ferreira, capixaba que assumiu a sala de aula ainda embaixo de uma latada de babaçu, prosseguiram com a elevação de escolas e creches que recebem o alunato de todas as series da educação infantil, fundamental e ensino médio. A formação continuada do quadro dos educadores é marcada pela carência de formação superior acessível e de qualidade.

Segundo os dados do IDEB, em 2015 os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.2. Para os alunos dos anos finais essa nota foi de 3.2. O ranking estadual foi de 99 de 2017.

Porto Franco – antigas veredas, novos caminhos do desenvolvimento

Antes da chegada dos colonizadores, a margem direita do rio Tocantins era habitada casualmente pelos índios Apinaye, que improvisavam a travessia de uma margem a outra utilizando as ubás, canoas confeccionadas a partir de um tronco de uma única árvore. Os contatos belicosos com os colonizadores empurraram a população Apinaye para o centro das matas do cerrado, até hoje habitado por eles, concentrados do lado esquerdo do rio.

A abundância de peixes ofertada pelo rio Tocantins, a fertilidade das terras próximos às suas margens, e o curso navegável do segundo maior rio Brasil, influenciou o surgimento de mais um povoado ribeirinho, que servia como ponto de abastecimento e comércio de especiarias, correspondente a atual cidade de Porto Franco-MA.

A abertura da Belém-Brasília, nos anos 60, significou historicamente no processo do povoamento da região. Muitos que trabalharam na abertura da estrada, cravaram suas raízes, implantaram seus modos de vida, acendendo a cultura local.

As festividades do Divino Espírito Santo já marcaram o calendário das festividades religiosas, porém hoje ocorre timidamente. Presentemente, o município é evidenciado pela festa de momo, quando Porto Franco recebe uma grande quantidade de foliões para o carnaval de rua. Além das festas de peão, organizadas e realizadas pelos agropecuaristas da região. As festas juninas também aglomeram uma quantidade de brincantes e expectadores. A economia local, percebe o efeito positivo destes eventos.

Porto Franco já sediou importante área de comércio varejista usando o rio como via de transporte de secos e molhados, tecidos e sal. Na atualidade, a centenária e bucólica pracinha com palmeiras de babaçu leva o nome do poeta maranhense Gonçalves Dias, construída próximo à margem do rio Tocantins, é herança da antiga formação da cidade, divergindo da atual composição urbana, que exhibe quilômetros de trilhos da ferrovia Carajás, cortando a cidade em todo o seu perímetro urbano.

A cidade conta com um Pátio Multimodal que acomodam empresas multinacionais responsáveis pela comercialização e escoamento e transporte dos grãos, oriundos da região sul maranhense. O escoamento da produção ocorre via ferroviária até o porto de Itaqui, na capital do Estado.

Cabe lembrar que Porto Franco está jusante da Usina Hidrelétrica de Estreito, sofrendo impactos ambientais no seu curso d'água, notada pelos moradores e visitantes. Em alguns pontos do rio Tocantins, que já foi navegável, é difícil a travessia até pelos pequenos barcos. Os pescadores antes abundantes no rio, diminuíram consideravelmente, excluindo uma categoria de trabalhadores, os pescadores.

Nas questões ligadas à educação, o município conta com um Campus Avançado do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, que disponibiliza cursos para formar tecnólogos em Agronegócio (Subsequente), Administração (Integrado), Informática (Subsequente) e Meio Ambiente (Integrado). Os cursos do PROEJA são integrados e direcionados para pessoas fora da idade escolar que têm apenas o Ensino Fundamental completo.

Após concluir o ensino médio, os porto-franquinos para adentrarem ao ensino superior, concorrem com os tocantinenses nas vagas dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Educação Física e Educação do Campo, ofertados pela Universidade Federal do Tocantins, - UFT no Campus de Tocantinópolis, TO. Ou ainda, migram para outras cidades vizinhas que oferecem ensino superior, a exemplo de Imperatriz.

Itinga do Maranhão – Uma floresta, povos originários versus avanços econômicos.

Na língua Tupi, o topônimo Itinga significa rio de águas branca ou claras. Foi às margens do rio Itinga, que se edificou de um Posto de fiscalização estadual. Em pouco tempo, aglomerou algumas famílias, e surgiu um típico povoado, alcançando presentemente o quarto município mais populoso da Microrregião de Imperatriz. O território de Itinga do Maranhão é de 3.596,99 km², sendo o 19º maior município em extensão territorial do estado.

Localizado na região Amazônica, seus habitantes perfazem o total de 25.518 habitantes, segundo estimativas de 2016 do IBGE. Quase um quarto (23,7%) dos moradores de Itinga são oriundos de outras localidades do Brasil. Foi elevado a cidade pela Lei Nº 6.147, de 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de Açailândia. O município é fronteiro, limitando-se ao Norte com Estado do Pará; a Leste, Oeste e ao Sul com o município de Açailândia.

Tem como principal fonte de renda a indústria madeireira (com destaque ao polo moveleiro - um dos maiores empregadores da cidade), pecuária e o setor de serviços. Recentemente, o novo estímulo econômico do município, ancora-se no agronegócio, com produção de monoculturas de milho e soja.

As características culturais e sociais dos itinguenses, aproximam-se dos vizinhos paraenses, mantendo uma convivência e herdando costumes habituais. As estrofes do hino de Itinga Maranhão, destacam a chegada dos pioneiros, “os pioneiros que aqui chegaram, se admiraram de sua beleza” enfatiza as belezas naturais da região e se preocupa com as futuras gerações de itinguenses “Cidade de um orgulho imenso, que abraçara futuras gerações”, Nas estrofes finais, arremata sobre a flora e fauna amazônica, “Preserve para sempre essa grandeza, Para teus filhos que precisam respirar”

Nota-se que em tese, o hino municipal sublinha a necessidade da preservação das riquezas oferecidas pela natureza, destoando da realidade local, pois a retirada e comercialização de madeira, retratam a problemática da intensa exploração da região. As clareiras abertas oferecem ambiente para a implantação de pastagens e lavouras.

Algumas áreas que permanecem preservadas encontram-se ao norte do município, em uma importante área de preservação ambiental, a Reserva Biológica de Gurupi. O comércio indiscriminado de madeira gera conflitos entre os atravessadores e órgãos de fiscalização. A Reserva Biológica de Gurupi, agrupa o povo indígena Awà, (Tupi) que resiste à ações criminosas de madeireiros, gerando uma problemática que recebe notoriedade internacional.

Referente a educação, os munícipes têm acesso a escolarização na rede municipal até o ensino médio. O IDEB, registra nota 4.8 para os alunos das series iniciais e para os alunos das series finais, 3.7 em comparação com os outros municípios Itinga ocupa a posição 57 de 217.

Os históricos dos municípios, apresentados de forma abreviadas, manifestam as lacunas existentes na educação ofertada a uma considerável parcela de maranhenses. Os municípios, visando atender a demanda da educação, implantam creches, escolas de educação básica ao ensino médio. Contudo, os egressos do ensino médio, convivem com a limitação na sua formação. Mesmo pretendendo ocupar uma vaga no ensino superior, não o fazem, pois precisam migrar para centros maiores, impactando economicamente a vida das famílias.

3 TRAÇOS HISTÓRICOS DE CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia foi instituído no Brasil por ocasião da organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei n.º 1190 de 04 de abril de 1930, visando formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico. Ficou instituído, por esse documento legal, o chamado *padrão federal*, ao qual tiveram que adaptar os currículos básicos dos cursos oferecidos pelas demais instituições do país. Segundo Silva (1999), o curso foi instituído como o único da *seção* de Pedagogia que, junto com os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, completou a área da educação da Faculdade. Além desses, foi instituída a *seção especial* de Didática, composta apenas pelo Curso de Didática. A pedagogia era cursada em três anos e aos seus egressos seria conferido o diploma de Bacharel em Pedagogia. À formação desses Bacharéis, adicionando-se um ano do curso de Didática formar-se-iam licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como “três mais um”.

O Curso de Pedagogia ficou organizado por séries, tendo as seguintes disciplinas: Complementos da Matemática (1ª série), História da Filosofia (1ª série), Sociologia (1ª série), Fundamentos Biológicos da Educação (1ª série), Psicologia Educacional (1ª, 2ª e 3ª séries), Estatística Educacional (2ª série), História da Educação (2ª e 3ª séries), Fundamentos Sociológicos da Educação (2ª série), Administração Escolar (2ª e 3ª séries), Educação Comparada (3ª série) Filosofia da Educação (3ª série).

O Curso de Didática ficou constituído pelas seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao Bacharel em Pedagogia restava cursar apenas as duas primeiras, uma vez que as demais já constavam de seu currículo no bacharelado.

Em 1962, pequenas alterações foram introduzidas no currículo do Curso de Pedagogia por força do Parecer CFE n.º 251/622. Esse parecer estabeleceu que este curso destinava-se a formação do “Técnico em Educação” e do professor de disciplinas pedagógicas do curso normal, através do Bacharelado e da Licenciatura, respectivamente. A Licenciatura devia ser cursada concomitantemente ao bacharelado, em cursos com duração prevista para quatro anos.

Para o Bacharelado, o currículo mínimo foi fixado em sete matérias, sendo cinco obrigatórias e duas opcionais. As obrigatórias eram: Psicologia da Educação, Sociologia (Geral e da Educação), História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar. As opcionais eram: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais da Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional. O aluno interessado na Licenciatura devia cursar também Didática e Prática de Ensino, uma vez que as demais disciplinas já constavam do rol de disciplinas obrigatórias do Curso de Bacharelado em Pedagogia.

Vale ressaltar que, até então, o Curso de Pedagogia não tinha adquirido uma identidade definida quanto ao seu campo de atuação. O próprio Parecer 251/62 “[...] não faz nenhuma referência ao campo de trabalho do profissional que, indistintamente, chama de “Técnico em Educação” ou “Especialista em Educação” (SILVA, 1999, p.38). A questão do campo de trabalho também inquietava aos que aspiravam pela carreira de pedagogo, uma vez que o campo de trabalho do “Técnico em Educação” não estava definido na época.

Diante da indefinição da qual padecia o Curso de Pedagogia, da insegurança e, conseqüente, insatisfação dos estudantes e profissionais ligados a esse campo, ganhava corpo a ideia de se reformular não apenas o rol de disciplinas do curso, mas também sua estrutura curricular. No ano seguinte, a marca da Reforma Universitária se fez sentir no Curso de Pedagogia através do parecer CEF n.º 252/694. Esse Parecer, já no seu título, deixava claro sua concepção quanto aos profissionais a que se referia. Ele se apresentava como o instrumento legal que fixava o currículo e duração para o Curso de Graduação em Pedagogia, visando a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares.

Partindo da concepção de que a profissão que correspondia ao setor de educação era uma só e que, por isso, as diferentes modalidades de capacitação deviam partir de uma base comum de estudos, o Curso de Pedagogia passou a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional na área, e uma diversificada, em função de habilitações específicas. Assim, tanto as habilitações

regulamentadas pelo documento legal quanto as que podiam ser acrescidas pelas universidades e estabelecimentos isolados faziam parte de um único curso, sob o título geral de Curso de Pedagogia. Essa ideia foi justificada pelo fato de que a maior parte das disciplinas acabava, fatalmente, por se repetir em todas as habilitações, com necessidade de pouca ou nenhuma adaptação.

Considerando que são cinco as áreas que realmente constituem a base de qualquer modalidade de formação pedagógica, a parte comum ficou composta pelas seguintes matérias: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática.

Três argumentos foram utilizados para justificar a inclusão da Didática como matéria da parte comum: ela se identifica com o ato de ensinar para o qual as outras matérias convergem; é base para as metodologias específicas do Curso Normal e, por fim, as universidades e as escolas isoladas de formação docente já a vinham incluindo em seus currículos plenos.

Mesmo reconhecendo que a especificidade da gestão (Supervisão e Administração) não era de responsabilidade da pós-graduação, o parecer 251/62 as incluiu na parte diversificada do Curso de Pedagogia, na graduação. Essa decisão foi justificada através da consideração de que as exigências do mercado de trabalho não podiam ser atendidas se a preparação e formação dos administradores, supervisores, orientadores e inspetores, nesta fase inicial, ficassem restritas à especialização e ao Mestrado (SILVA, 1999). Assim, as áreas pedagógicas que passaram a compor a parte diversificada do Curso de Pedagogia foram as seguintes: Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. Estas últimas três podiam ser oferecidas tanto em cursos de curta duração como de duração plena.

A partir dos anos finais da ditadura militar, principalmente a partir de 1979, professores e estudantes universitários começaram a se organizar no sentido de acompanhar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de grandes e importantes movimentos. No que se referia ao Curso de Pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira, realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar uma reação mais organizada no sentido de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. Apontava-se, nessa ocasião, para a necessidade do debate em âmbito nacional. Foi, no entanto, em 1980, que participantes da I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, se organizaram no sentido de desencadear uma mobilização nacional visando intervir nos rumos do processo.

Com integrantes de vários pontos do país, foi então criado o Comitê Nacional Pró-Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, o qual atuaria através da articulação de Comitês regionais, com a finalidade de discutir as especificidades de cada região (SILVA, 1999). Esses eventos, mesmo não tendo alcançado a plenitude de seus objetivos, contribuíram para que a Lei 9394/96, no que refere à formação de professores trouxesse novamente o Curso de Pedagogia à pauta das discussões e, com ele, a questão de sua identidade, sendo que, desta vez envolvida novas questões.

Assim, a LDB, no Art. 62, ao introduzir os Institutos Superiores de Educação como uma possibilidade, além das Universidades, como um dos espaços de formação de docentes para atuar na Educação Básica e, em seu Art. 63, Inciso I, incluir, dentre as tarefas desses institutos, a manutenção do Curso Normal Superior destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental⁶, deu margens às especulações a respeito do Curso de Pedagogia continuar ou não mantendo essa função que lhe vinha sendo atribuída. Com essas possibilidades alguns questionamentos inquietaram os defensores do Curso de Pedagogia: qual era, então, a função do curso nas instituições que optarem pelo Normal Superior como formação para o professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental? Estávamos caminhando para a extinção gradativa desse curso no Brasil?

Estabelecido o embaraço, passou a ser grande a expectativa a respeito do Curso de Pedagogia. Enquanto as instituições de ensino superior passaram a aguardar o encaminhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), pode-se entender que o MEC sinalizou por sua manutenção ao solicitar, através do Ofício Circular n.º 014/98, que as mesmas encaminhassem propostas visando à sua reformulação. Sabe-se que nem todas as universidades que mantiveram o referido curso cuidaram de atender a esse pedido e que a Comissão de Especialista de Ensino, que trata dos Cursos de Pedagogia do MEC, trabalhou a partir desse (pouco) material.

A partir dos anos 1990 a ANFOPE desenvolveu ideias voltadas à estrutura global dos cursos de formação de educadores a partir de uma concepção de escola única para todas as classes sociais. De acordo com esse entendimento ela fez seus encaminhamentos ao MEC na direção de uma política educacional global de formação e profissionalização do magistério a partir de vários aspectos: formação inicial (incluindo o lócus dessa formação), condições de trabalho, salário, carreira e formação continuada. Sua preocupação centrava-se na formulação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Tanto que em seu IX Encontro nacional realizado em Campinas, em agosto de 1998, formulou um documento intitulado Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação (SILVA, 1999).

A orientação desse documento foi a de manutenção do Curso de Pedagogia sobre o qual ressaltava a necessidade de revisão. A preocupação inicial era no sentido de superar a fragmentação entre suas habilitações e a dicotomia existente entre a formação dos pedagogos e dos demais licenciados. Estes foram os únicos limites fixados no documento no que concerne às questões estruturais, uma vez que o mesmo se encaminhou na direção de que as próprias instituições formadoras organizassem suas propostas curriculares, orientadas por indicações gerais para todos os cursos, destacando, entre essas, a da Base Comum Nacional e a da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação.

Assim, o documento sugeriu que os cursos de pedagogia, ao estruturarem seus projetos, tratassem de temas como perfil do profissional da educação; competências e áreas de atuação; eixos norteadores da base Comum Nacional; princípios e componentes para organização curricular e duração dos cursos. Já o Grupo de Trabalho da Pedagogia (GT-3, UNESP) indicou a necessidade de superação da disciplinarização, preservando suas atuais funções do Curso de Pedagogia, como também lhe acrescentou outras, voltadas para o trabalho não escolar. Por sua vez, o XII Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (PNG), que não tratou exclusivamente do Curso de Pedagogia, mas, de todas as graduações, defende:

[...] a liberdade acadêmica, como princípio e a autonomia universitária, como a sua contrapartida no plano institucional, já constituem, nas sociedades democráticas, um paradigma, no sentido de se apresentarem como condições indispensáveis para o desenvolvimento do ensino superior (MARANHÃO, 1999, p.14).

Todos esses encaminhamentos representam, sem dúvida, saltos qualitativos no que se refere ao equacionamento das bases para a formação de educadores, indicados como pontos de partida para que cada instituição formadora organize suas propostas curriculares com base nas necessidades de cada região e instituição. Tal orientação atende ao princípio de flexibilidade que norteia a atual LDB no que tange a formação de profissionais que a Educação Básica está a exigir. No entanto, não se pode esquecer que a função da escola é a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade.

O curso de Pedagogia, licenciatura, hoje, tem como base, entre outros instrumentos legais, a Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura (BRASIL, 2006) e a Resolução n. 02 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015).

Considerando o Parecer CNE/CP n. 05/2005 (BRASIL, 2005) esses instrumentos demarcam novo tempo e apontam para novos debates no campo da formação do profissional da educação no curso de pedagogia, na perspectiva de aprofundamento e consolidação das discussões e reflexões em torno desse campo.

A Resolução CNE/CP N° 1/2006, em seu artigo 6º, define que a estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á a partir dos seguintes núcleos: I - Núcleo de estudos básicos; II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; e III - Núcleo de estudos integradores (BRASIL, 2006).

A Resolução CNE/CP N° 1/2006, em seu artigo 6º, define que a estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á a partir dos seguintes núcleos: I - Núcleo de estudos básicos; II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; e III Núcleo de estudos integradores (BRASIL, 2006).

As DCNs para Pedagogia definem a sua destinação, sua aplicação e a abrangência da formação a ser desenvolvida nesse curso. Aplicam-se: a) à formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; b) aos cursos de ensino médio de modalidade normal e em cursos de educação profissional; c) na área de serviços e apoio escolar; d) em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação assim definida abrangerá, integrada à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL, 2005).

A docência nas DCNs para o Curso de Pedagogia não é entendida no sentido restrito do ato de ministrar aulas. Os sentidos da docência são ampliados, uma vez que se articulam à ideia de trabalho pedagógico, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares como define o Parecer CNE/CP n. 05/2005:

Entende-se que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia (BRASIL, 2005).

O curso de pedagogia define-se como um curso de licenciatura e, neste sentido, o mencionado Parecer explicita que a formação para o exercício da docência nas áreas especificadas constitui um de seus pilares. A compreensão da licenciatura, nos termos das

Diretrizes implica, pois, uma sólida formação teórica e no desenvolvimento do pensamento crítico, fundamentado na contribuição das diferentes ciências e dos campos de saberes que atravessam o campo da pedagogia.

Essa sólida formação teórica, por sua vez, exigirá novas formas de se pensar o currículo e sua organização, para além daquelas concepções fragmentadas, restritas a um elenco de disciplinas fechadas em seus campos de conhecimento. Ao contrário, as Diretrizes apontam para uma organização curricular fundamentada nos “[...] princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética” (BRASIL, 2006). Desse modo, os núcleos que definem a estrutura do curso de pedagogia, devem se integrar e articular ao longo de toda a formação, a partir do diálogo entre os diferentes componentes curriculares. Essa integração deve se dar por meio do trabalho coletivo sustentado no princípio interdisciplinar dos diferentes campos científicos e saberes que informam o campo da pedagogia.

Por sua vez, a formação para a gestão educacional, como indicada nas Diretrizes, traz uma contribuição importante, rompendo com visões fragmentadas e fortemente centralizadas da organização escolar e dos sistemas de ensino.

Quanto à carga horária dos cursos de licenciatura, tanto a Resolução nº 01/2006 quanto a Resolução n. 02/2015 estabelecem a mesma quantidade de horas. Ou seja, 3.200 horas. Embora a Resolução n. 02/2015 não aponte para substituição da Resolução nº 01/2006, a distribuição dos componentes curriculares no presente PPC será de conformidade com suas orientações.

TRAÇOS HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UEMASUL

O curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, foi implantado em 1992 pela, então, Secretaria de Estado da Educação que, após levantamento de dados, constatou que 92,5 % dos professores das séries finais do Ensino Fundamental e 37,4% do Ensino Médio do Maranhão, atuavam sem habilitação. À época, o curso integrava a Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz – UEEI, pertencente à Universidade Estadual do Maranhão. Dois anos depois, em 1994, a UEEI passou a ser denominada como Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI-UEMA.

O Estado do Maranhão registrava, na época, um dos maiores índices de analfabetismo, evasão e repetência do país, devido à precariedade da qualidade do ensino, fato atribuído, em

parte, à falta de qualificação dos professores. Essa situação chamou a atenção de vários segmentos da sociedade e, principalmente, dos próprios professores da rede pública de ensino que desejavam ampliar seus conhecimentos através de cursos de Licenciatura Plena.

Como medida para reverter a realidade educacional no Estado, o Governo do Maranhão, em parceria com algumas prefeituras e com a UEMA, implantou o Programa de Capacitação Docente (PROCAD)¹⁰, com oferta de cursos de licenciatura em todas as áreas da educação básica. Os cursos ofertados pelo programa eram exclusivos para os professores da rede oficial de ensino e eram ministrados no período das férias escolares.

O Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, fazendo parte, também, da atividade de interiorização do ensino superior, a partir de 1995, começou a ofertar o Curso de Pedagogia de forma modular/parcelada em períodos de férias e recessos escolares, oportunidade que os professores da rede pública de ensino aproveitavam para adquirirem formação. A partir de 2002 o Curso de Pedagogia, à época parte do CESI/UEMA, passou a ser ofertado de forma regular cessando, assim, a oferta modular/parcelada.

Teoricamente, o Curso de Pedagogia da UEMASUL tem, no paradigma crítico-reflexivo, o seu fundamento básico. O Curso está estruturado de modo a propiciar a análise crítica dos aspectos contraditórios do contexto socioeconômico e cultural nacional e regional e das políticas educacionais. O objetivo dessa formação é a apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente e a produção de novos conhecimentos no campo da Pedagogia, da Educação e do Ensino.

4 POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil, na constituição de suas gentes, elabora um mosaico identitário. Somos atualmente 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas, inúmeras comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos, e muitos outros povos que migram para este país “tropical e bonito por natureza”, como diz uma conhecida canção. Toda essa multiculturalidade tem especificidades que uma educação libertadora precisa atender.

Contudo, um educador não dará conta desta tarefa, propondo-se a obter excelências no desenvolvimento da capacitação da alfabetização, letramento, e da funcionalidade das quatro operações matemáticas previstas no currículo, se o mesmo desconhece a pluralidade de cada um de seus alunos, somos iguais em direitos e diferentes nas nossas individualidades. A educação, de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, é parte fundamental na valorização da diversidade brasileira, encurtando as distancias e

exercitando “o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades” (BRASIL, 2006b, p. 18)

Além do mosaico identitário, relações étnico-raciais e relações de gênero, estão imbricadas outras variáveis da mesma importância, a exemplo das pessoas com deficiência auditiva ou visual, que já desenvolveram línguas próprias e exigem do educador o preparo para atender este aluno, além de pessoas com outras deficiências físicas, mentais ou intelectuais, que exigem adaptação do ambiente escolar, que na maioria dos casos, não oferece estrutura física ou material para receber estas pessoas, que devem ser atendidas por escolas regulares e inseridas em turmas comuns.

É importante lembrar que, a inserção destes educandos nas salas de aula regulares, é fruto de anos de lutas de movimentos sociais que os representam. É também, importante que os educadores conheçam, valorizem e respeitem essas lutas, que resultaram em ações afirmativas objetivando mitigar um leque de diferenças étnicas, sociais, ideárias, econômicas, culturais, que promoviam a exclusão desses sujeitos de direitos.

Dessa totalidade, surge a necessidade de contextualizar o Curso Pedagogia Licenciatura em Pedagogia, e, dentro dele, entender como a diversidade é arquitetada enquanto diretrizes e políticas e, principalmente o que ela se desafia a fazer para sua real execução, de forma que os direitos humanos possam tramitar do ideal para o real e alcançados por todos os cidadãos de nossa sociedade.

Para Paulo Freire, um dos mais importantes educadores do mundo, educar é um ato de amor. Este ato de amor, é possível de ser percebido na ação emancipatória do profissional da educação que promove um conhecimento contextualizado, multidimensional onde as diferenças são respeitadas e o ato de ensinar ultrapassa os muros escolares. Este educador, carece ter sensibilidade de buscar conhecer, valorizar o lugar de fala e de vida de cada sujeito, de modo a perceber que é possível mediar uma educação para a vida na sua plenitude. Rousseau aponta que na educação, “o que importa é formar o homem e não só instruí-lo, educá-lo para a vida comunitária, sobretudo para a superação das imensas desigualdades que costumam se instaurar no envolver da sociedade”

4.1 Inclusão Social e o Ensino de Pedagogia

Nas últimas décadas, foi possível observar mudanças enormes no cenário educacional, a começar pela inclusão de pessoas que até então, não possuíam o direito de frequentar a escola

regular, a saber: estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2008).

Neste contexto, os anos 90 configuraram-se como marco histórico para a educação inclusiva, já que neste período foram elaborados diversos documentos que vão ao encontro do ideal de escola inclusiva Vaz et al. (2012). Dentre eles, destacam-se a Declaração de Educação para Todos – assinada em Jomtien em 1990 – e a Declaração de Salamanca – elaborada em Salamanca em 1994, as quais ampliaram significativamente o escopo de atendimento da inclusão. Assim, enquanto temos a definição do conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) que engloba todos os indivíduos que, por alguma razão, encontram-se privados da inserção no ensino regular, a Declaração de Salamanca propõe, entre outras questões, que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...” (UNESCO, 1994, pág. 8-9).

Contudo, para discutir tais questões faz-se premente apresentar, ainda que brevemente, o papel que o ensino de Pedagogia desempenha hoje na sociedade no âmbito da educação inclusiva. Compreendemos que a Pedagogia, como parte constituinte da sociedade de um tempo passado e um tempo moderno, assume papel relevante na consolidação de determinados “traços” sociais. Nessa perspectiva, o Pedagogo é considerado o gestor da educação inclusiva na escola, e sua formação deve adquirir caráter prático e instrumental. Adicionalmente, uma das tarefas destinadas a esses sujeitos é a inclusão de alunos que historicamente, foram excluídos do ambiente escolar, tornando efetivo o direito de todos à educação.

4.2 Inclusão étnico-racial e o Ensino de Pedagogia

Em ciência da Lei Federal 10.639/03, cujo teor altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), a qual determina a obrigatoriedade do estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino no âmbito de todo o território nacional.

Nesse viés, a situação problema identificada e a ser investigada está relacionada aos conflitos que ocorrem em detrimento das questões raciais no âmbito escolar. O ensino de Literatura, visa identificar essa problemática presente no contexto escolar, que incide na necessidade de mudança curricular para que se efetive na prática a implementação da Lei 10.639/03, pois se entende que seu posicionamento deve estar atrelado aos conteúdos específicos e disciplinares das áreas do conhecimento aplicando a inclusão étnico-racial.

Em relação ao curso de nível superior é determinado que as instituições em sua organização curricular (licenciaturas), destinado à formação de professores para a educação básica, a História e Cultura Afro-brasileira devem ser obrigatórias.

As origens da desigualdade entre africanos e demais povos não se restringem ao início das conquistas ultramarinas capitaneadas por Portugal, no século XVI, visto que o imaginário cultural europeu, baseado numa perspectiva espaço-cultural eurocêntrica, polarizou posições entre civilizações ocidentais e orientais, ou seja, no eixo leste-oeste, deixando de lado o sentido norte-sul. Um exemplo bastante eficaz é a cartografia estabelecida por Ptolomeu, no período helenístico e recuperada na Idade Média, com a representação de apenas três continentes conhecidos, ou seja, Europa, Ásia e África. A Ásia expressaria a contradição entre civilização e seu oposto e a África, a relação entre natureza e selvageria (SERRANO & WALDMAN, 2007: 21-22) que, ao longo de diversos momentos históricos, relegou ao outro – representado por bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, negros africanos e outras minorias – o papel de exclusão e desqualificação.

5 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- ✓ Formar profissionais para atuarem no Magistério da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Gestão Escolar.

Objetivos Específicos

- ✓ Compreender o processo de aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial do aluno para desenvolver uma prática educativa adequada às suas características.
- ✓ Integrar, articular e coordenar as atividades que constituem o trabalho pedagógico na escola e no sistema de ensino.
- ✓ Elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político-pedagógico e curricular no âmbito escolar e planos educacionais no contexto dos sistemas de ensino.
- ✓ Realizar diagnósticos sobre a sua sala de aula, a escola e os sistemas de ensino e apontar soluções a partir de realidades constatadas.
- ✓ Sistematizar conhecimentos e propor intervenções com base nas análises de dados da realidade educacional.

- ✓ Desenvolver, na escola, práticas pedagógicas, experiências curriculares fundamentadas em princípios democráticos e no respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, de modo a contribuir na superação dos processos de seletividade e exclusão.
- ✓ Usar metodologias adequadas à especificidade das diferentes áreas de conhecimento, aos objetivos do currículo e às características psicossociais dos alunos.
- ✓ Criar, na escola, situações que favoreçam a aprendizagem significativa de conhecimentos e habilidades.
- ✓ Usar novas tecnologias em educação, com o objetivo de enriquecer o processo ensino-aprendizagem.
- ✓ Atuar junto a pessoas com necessidades especiais, usando metodologias e atividades adequadas ao seu desenvolvimento, de forma a assumir seus direitos de cidadania.
- ✓ Desenvolver atividades e metodologias adequadas à Educação Infantil, contribuindo no processo de desenvolvimento intelectual, social e afetivo das crianças que atende.
- ✓ Atuar com jovens e adultos, desenvolvendo processos educativos e metodologias compatíveis com a especificidade desse segmento na modalidade supletiva ou regular.

Desafios do Curso

1. Evitar a evasão dos graduandos durante o curso;
2. Conclusão do curso em oito períodos, conforme especificado no Edital do Seletivo para ingresso.
3. Composição de quadro docente que atenda à demanda do curso com suas respectivas habilitações;
4. Aquisição de um acervo bibliográfico próprio na sede do município;
5. Aquisição e atualização de biblioteca virtual;
6. Parcerias com Universidades e Institutos para realização de atividades práticas;
7. Aquisição de recursos técnicos e tecnológicos para atender às necessidades dos docentes e discentes do Curso;
8. Implantação de salas de aulas e de informática adequadas;
9. Promoção de cursos e atividades de extensão (Seminários, mesas-redondas, Palestras, Amostras, Painéis, Minicursos, Encontros, Projetos);

6 PERFIL DO INGRESSANTE

O Programa de Formação “Caminhos do Sertão” foi criado para atender uma demanda de profissionais que já atuam em salas de aulas e não possuem formação superior. Além deste

público, alunos oriundos do ensino médio destes municípios poderão ocupar vagas em todos os cursos oferecidos pelo programa nas Unidades Avançadas.

O curso de Licenciatura em Pedagogia mantém as expectativas que os ingressantes estejam motivados para acessar o ensino superior, munidos de curiosidade, criatividade, e que possam contribuir com seus costumes e culturas além de outras características, conjunto de saberes que compartilhados podem auxiliar na formatação contínua e participativa da formação.

Espera-se ainda, que o ingressante neste curso, saiba que a Pedagogia é a área do conhecimento que abarca processos de ensino aprendizagem. E que a atuação deste profissional, pode ir além da sala de aula, pois outras oportunidades de mercado são oferecidas a pedagogos, como treinamentos, coordenação de equipes, composição de equipes multidisciplinares de diversos trabalhos.

Um ingressante que se desafie cotidianamente a lidar com processos de aquisição de conhecimento, a autoconstrução acadêmica e sobretudo, humana para contribuir com uma educação que promova verdadeiras transformações sociais no meio em que está inserido.

7 PERFIL DO EGRESSO

O perfil que pretendemos para o pedagogo egresso da UEMASUL, é que ele seja capaz de refletir sobre a educação escolar, de interrogar os sentidos da atividade educativa, de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo acadêmico. Entendemos o pedagogo, antes de tudo, como um educador capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar as suas ações nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola, que atenda às necessidades e ao contexto social no que diz respeito ao processo de humanização.

A ação educativa para o desenvolvimento da criança, do jovem e do adulto só existe a partir do entendimento da ação educativa e da historicidade dessa ação educativa. Isso exige que o pedagogo rompa com a visão “natural de educação” que oculta a historicidade da reflexão pedagógica e impede a compreensão da forma como se construíram os discursos científicos nesta área. É importante ainda, que esse profissional entenda que a história da ação educativa não é apenas um objeto que podemos estudar, mas, sobretudo, uma relação com o passado mediada por uma forma específica de atuar no presente, levando em conta os fatores que, direta ou indiretamente interferem nessa ação.

Nesse sentido, propõe-se que a identidade do Curso de Pedagogia do UEMASUL seja caracterizada pela indissociabilidade entre a teoria e a prática, relativa ao processo educativo,

ocorrido nas instituições escolares dos diversos sistemas onde o futuro pedagogo irá atuar como profissional da educação básica. Isso significa que esse profissional deve, necessariamente, possuir conhecimentos para pesquisar, diagnosticar analisar, compreender, acolher as diferenças, redefinir e apontar possibilidades.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Pedagogia Licenciatura, será realizado em 08 semestre letivos contínuos, funcionará aos sábados e domingos, com 18 horas-aulas por encontro e com o ingresso de uma turma (primeiro semestre letivo), a partir de Processo Seletivo especial realizado pela UEMASUL.

A carga horária total do Curso de Pedagogia Licenciatura será de 3.245 horas/aula e 2 seminários Interdisciplinares e 2 de Pesquisa, compreendendo uma parte fixa de 3.045 horas/aula e uma flexível de 200 horas/aula.

Tabela 2: Dados inerentes à integralização do curso

Carga Horária Total Mínima a Ser Vencida	3.245
Componentes curriculares de Núcleo Básico, Fundamentos da Educação	360
Componentes curriculares de Núcleo Básico, Política e Gestão Educacional	120
Componentes curriculares de Núcleo Educação Inclusiva	180
Componentes curriculares de Núcleo Específico do Curso de Licenciatura em Pedagogia	1.800
Componente curriculares livre – Disciplinas Eletivas Restritivas	120
Componente curriculares livre – Disciplina Eletiva Universal	60
Seminários Temáticos	-
Atividade Acadêmico-Científico-Cultural	200
Estágios Supervisionados	405

8.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

8.2.1 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Fundamentos da Educação

Tabela 3: Componentes Curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplinas	CH	CR
Filosofia da Educação	60	4
Sociologia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Didática	60	4
Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar	60	4
Produção Acadêmica Científica	60	4

8.2.2 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Política e Gestão Educacional

Tabela 4: Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplina	CH	CR
Gestão dos Sistemas Educacionais	60	4
História e Política da Educação Brasileira	60	4

8.2.3 Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Educação Inclusiva

Tabela 5: Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplinas	CH	CR
Língua Brasileira de Sinais	60	4
Relações étnico-raciais e Direitos Humanos	60	4
Educação Especial e Inclusiva	60	4

8.2.4 Componentes Curriculares do Núcleo Específico

Tabela 6: Relação das disciplinas do Núcleo Específico do Curso de Licenciatura em Pedagogia CCHSL/UEMASUL.

ORD.	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
1		Matemática: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
2		Língua Portuguesa: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
3		História: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
4		Artes: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
5		Geografia: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
6		Educação de Jovens Adultos: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
7		Letramento e Alfabetização	60	4	-	-	-	4
8		Educação Infantil: Fundamentos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
9		Ciências Naturais: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
10		Teorias do Currículo	60	4	-	-	-	4
11		Avaliação Educacional	60	3		1	-	4
12		Educação a Distância	60	4	-	-	-	4
13		Literatura Infanto-Juvenil	60	4	-	-	-	4
14		Educação e Relações de Gênero	60	4	-	-	-	4
15		Educação Ambiental	60	3	-	1	-	4
16		Histórias e Culturas Indígenas	60	4	-	-	-	4

17	Histórias e Culturas Afro-Brasileiras	60	3	-	1	-	4
18	Psicologia da Aprendizagem (NC)	60	3	-	1	-	4
19	Psicologia do Desenvolvimento (NE)	60	3	-	1	-	4
20	Sociologia da Infância e Culturas Infantis (NE)	60	3	-	1	-	4
21	Filosofia (NC)	60	4	-	-	-	4
22	Sociologia (NC)	60	4	-	-	-	4
23	Psicologia (NC)	60	4	-	-	-	4
24	Fundamentos Antropológicos da Educação	60	4	-	-	-	4
25	História da Educação (NE)	60	4	-	-	-	4
26	Prática em Ambiente Escolar	60	1	-	3	-	4
27	Tecnologia da Informação e Comunicação e Educação	60	2	2			4
28	Gestão Educacional I	60	3	-	1	-	4
29	Gestão Educacional II	60	3	-	1	-	4
30	Educação Popular e Movimentos Sociais	60	3		1		4
31	Educação do Campo	60	3		1		4
32	Educação e Relações de Gênero	60	3	1			4

33	Metodologia da Pesquisa em Educação	60	3		1		4
34	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	135	1	-		8	9
35	Estágio Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental	135	1	-	-	8	9
36	Atividades Acadêmicos-Científico-Culturais – AACC	200	-	-	-		
37	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	135	1			8	9
TOTAL		2.585	103	5	27	24	159

8.1.5 Sequência aconselhada

A matriz curricular do curso de Pedagogia Licenciatura está composta por disciplinas obrigatórias (incluindo seminários temáticos integradores e disciplinas instrumentais) e eletivas, 03 (três) Estágios Obrigatórios e Trabalho de Conclusão de Curso. As disciplinas e suas respectivas cargas horárias estão distribuídas conforme fluxograma apresentado abaixo.

MATRIZ CURRICULAR								
ORD.	CÓDIGO	1º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
1		Filosofia	60	3	-	1	-	4
2		Sociologia	60	3	-	1	-	4
3		Psicologia	60	3	-	1	-	4
4		Produções Acadêmico-Científicas	60	3	1	-	-	4
5		Leitura e Produção Textual	60	3	1	-	-	4
6		Psicologia do Desenvolvimento	60	3	-	1	-	4
TOTAL			360	18	2	4		24

ORD.	CÓDIGO	2º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
7		Psicologia da Aprendizagem	60	3	-	1	-	4
8		Filosofia da Educação	60	3	-	1	-	4
9		Sociologia da Educação	60	3	-	1	-	4
10		História da Educação	60	3	1	-	-	4
11		Fundamentos Antropológicos da Educação	60	3	1	-	-	4
12		História e Política da educação Brasileira	60	3	1	-	-	4
13		Seminário Integrado	-	-	-	-	-	-

TOTAL	36	18	3	3	24
--------------	-----------	-----------	----------	----------	-----------

ORD.	CÓDIGO	3º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
14		Sociologia da Infância e Culturas Infantis	60	3	-	1	-	4
15		Matemática: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
16		Língua Portuguesa: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
17		Letramento e Alfabetização	60	3	-	1	-	4
18		História da Educação Brasileira	60	3	1	-	-	4
19		Gestão Educacional I	60	3	1	-	-	4
TOTAL			360	18	2	4		24

ORD.	CÓDIGO	4º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
20		Ciências Naturais: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
21		História: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
22		Artes: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
23		Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS	60	3	1	-	-	4
24		Educação e Relações de Gênero	60	3	-	1	-	4
25		Educação Popular e Movimentos Sociais	60	3	-	1	-	4
26		Seminário Integrado		-	-	-	-	-
TOTAL			360	18	1	5		24

ORD.	CÓDIGO	5º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
27		Educação Especial e Inclusiva	60	3	-	1	-	4
28		Didática	60	3	-	1	-	4
29		Educação do Campo	60	3	-	1	-	4

30		Metodologia da Pesquisa em Educação	60	3	-	1	-	4
31		Teorias do Currículo	60	3	-	1	-	4
32		Relações étnico-raciais e Direitos Humanos	60	3	-	1	-	4
TOTAL			360	18	-	6		24

ORD.	CÓDIGO	6º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
33		Educação Infantil: Fundamentos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
34		Estágio Supervisionado na Educação Infantil	135	1	-	-	8	9
35		Geografia: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
36		Histórias e Culturas Indígenas	60	3	-	1	-	4
37		Educação de Jovens e Adultos: Conteúdos e Metodologias	60	3	-	1	-	4
38		Educação em Espaços não Escolares	60	2	2	-	-	4
39		Seminário Integrado	-	-	-	-	-	-
TOTAL			435	15	2	4	8	29

ORD.	CÓDIGO	7º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
40		Estágio Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental	135	1	-	-	8	9
41		História e Cultura Afro-Brasileira	60	2	2	-	-	4
42		Educação Ambiental	60	2	1	1	-	4
43		Avaliação Educacional	60	2	2	-	-	4
44		Culturas Escolares	60	2	1	1	-	4
45		Tecnologia da Informação e Comunicação e Educação	60	2	1	1	-	4
TOTAL			435	11	7	3	8	29

ORD.	CÓDIGO	8º PERÍODO – DISCIPLINA	CH	CRÉDITO				
				T	PT	PC	E	TOTAL
46		Gestão Educacional II	60	2	2	-	-	4
47		Prática em Ambiente Escolar	60	2	-	2	-	4
48		Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	135	1	-	-	8	9
49		Historia e Cultura da Região Tocantina	60	3	1	-	-	4
50		História e Cultura do Maranhão	60	3	1	-	-	4
51		Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (NE)	-	-	-	-	-	-
52		AACC	200	-	-	-	-	-
53		Seminário Integrado	-	-	-	-	-	-
TOTAL			375	11	4	2	8	25
CARGA HORÁRIA TOTAL			3245	127	21	31	24	203

8.3 ESTÁGIOS

8.3.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Os cursos de licenciaturas franqueiam boa parte de sua carga horária para as atividades de estágio. É no estágio que o discente faz o caminho entre o que as teorias discutem e as diversas realidades que se descortinam à sua frente. Deste modo, no Curso de Pedagogia Licenciatura, os estágios fazem parte da grade curricular desde o 3º ao 8º período, oportunizando ao discente conviver com instituições de ensino, e a dinâmica do ambiente escolar. Inicialmente pela a observação das práticas realizadas em sala de aula, desenvolvimento de habilidades, metodologias de ensino inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, bem como, a experiência com o desenvolvimento da gestão escolar fundamental para o pedagogo.

Os lugares da prática educativa, as escolas e outras instâncias num tempo e num espaço, são o campo de atuação dos professores (os já formados e os em formação). O conhecimento e a interpretação desse real existente serão o ponto de partida dos cursos de formação, uma vez que se trata de possibilitar aos futuros professores as condições e os saberes necessários para a atuação profissional. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 20)

Neste panorama, o estágio é tão importante como todas as outras possibilidades no processo de produção, transmissão e assimilação do conhecimento por parte dos professores, que ao finalizar um curso de licenciatura estarão aptos para exercer a função de educador ou gestor escolar. De forma alguma o estágio pode ser visualizado como um apêndice do curso. É salutar que o futuro profissional da educação possa vivenciar, entender, analisar os diversos espaços e suas complexidades. Até mesmo quando se trata de profissionais que já exercem a função. O contato com ambientes diversificados contribuirá, de alguma forma para a reflexão da sua ação cotidiana.

É necessário que o aluno se prepare para esse período, munir-se de estudos teóricos, tendências pedagógicas, aportes metodológicos, aliados ao contexto em que a escola está inserida e o público atendido pela instituição da vivência do estágio. “Envolve habilidade de leitura e reconhecimento das teorias presentes nas práticas pedagógicas das instituições escolares. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 20). O momento do estágio é de total interação entre o conhecimento produzido, transmitido pelos professores e assimilado pelo aluno, através do conjunto de disciplinas ministrado no curso de forma articulada entre si que provocará um olhar reflexivo do estagiário.

Esse conhecimento envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de soluções às situações de ensinar e aprender. Envolve também experimentar situações de ensinar, aprender a elaborar, executar e avaliar projetos de ensino não apenas em sala de aula, mas também nos diferentes espaços da escola. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 20)

O estágio é um caminho importante e necessário a ser percorrido pelo aluno. É nos ambientes escolares que práticas, técnicas, estratégias realizam-se no cotidiano, nas mais diversas e adversas situações. Além de observar, o estágio é um momento do experimento do preparar, realizar, analisar, avaliar e refazer. Um exercício circular.

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’. A profissão do professor também é prática. E o modo de aprender a profissão conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, de reelaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons [...] Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 7)

Mediante a esse conjunto de ações, pondera-se que o estágio não é de responsabilidade exclusiva do aluno. É uma ação em conjunto do professor-orientador, bem como da escola que recebe o estagiário e do mesmo modo da instituição que prepara o futuro profissional. O processo do estágio deve ser orientado, observado, ponderado, analisado e orientado quantas vezes forem necessárias. Cada aluno, cada ambiente escolar, cada processo é uno e repleto de especificidades.

É importante sublinhar, que teoria e a prática não possui funções opostas, ou pelo menos não deveriam se parecer distintas se fazem parte do mesmo processo. “Os saberes teóricos propositivo se articulam, pois, aos saberes da ação dos professores e da prática institucional, re-significando-os ou sendo por eles re-significados”. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 16)

Todas as disciplinas precisam oferecer conhecimentos e métodos de produção, assimilação e transmissão de conhecimento. “*Todas as disciplinas, as de fundamentos e as didáticas, devem contribuir para a sua finalidade que é a de formar professores, a partir de análise, da crítica e da posição de fazer educação.*” (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 13)

É nestes moldes que o Curso Licenciatura em Pedagogia se desafia a participar do processo de estágio de cada discente, de forma reservada, respeitando todas as especificidades das instituições de ensino dispostas a receber este público. Valorizar as experiências acumuladas de cada aluno. Enfatizar as particularidades de cada período de estágio, bem como todo o processo de produção, transmissão e assimilação do conhecimento expressado por cada

discente no seu modo de participar desse processo significativo para todo a sua atuação profissional. Contudo, conforme anota:

O desafio é proceder ao intercâmbio, durante o processo formativo, que se teoriza de que se pratica em ambas. Esse movimento pode ser realizado em uma estrutura curricular que supõe momentos para a reflexão e análise das práticas institucionais e das ações dos professores, a luz dos fundamentos teóricos das disciplinas e das experiências profissionais. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 21)

Visto isso, é necessário também observar de forma crítica todas as condições oferecidas ao ingressante ao Curso de Pedagogia Licenciatura. O desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, durante os oito semestres do curso que licenciará novos profissionais para atuarem nas salas de aulas de todo o Brasil.

8.4 EMENTÁRIO

DISCIPLINA: FILOSOFIA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> O Conhecimento Filosófico: natureza e objeto. Fundamentação Filosófica do Homem e do Mundo. A Sociedade e o Estado. Os valores no tempo e no espaço. As Correntes Filosóficas e a realidade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARANHA, Maria L. A., MARTINS, M. H. P. Filosofando . São Paulo: Moderna, 1986.	
_____, Temas de filosofia . São Paulo: Moderna, 1992.	
CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica . São Paulo: Atual, 1992.	
MONDIN, B. Introdução à filosofia . São Paulo: Paulinas, 1991.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
PRADO, Jr. Caio. O que é filosofia . São Paulo: Brasiliense, vol. 37. 1996.	
LUCKESI, C. Carlos, PASSOS, Elizabete Silva. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar . São Paulo: Cortez, 1995.	
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia . 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.	
NUNES, Benedito. A filosofia contemporânea: trajetos iniciais . São Paulo: Ática, 1996. 32	
LIPMAN, Mathew. A Filosofia na Sala de Aula . São Paulo: Nova Alexandria, 1994.	

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> A Sociologia no Campo do Conhecimento. Objeto e origem histórica da Sociologia. Análise da Realidade. Conceitos. Os métodos sociológicos. Teorias Sociológicas. Compreensão dos Fenômenos Sociais. Classes Sociais. Mudanças na Sociedade Brasileira.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral . 5. ed. São Paulo; Atlas, 1986.	
FICHTER, Joseph H. Sociologia . São Paulo: EPU, 1975.	
TOSCANO, Moema. Introdução à sociologia educacional . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
VITA, Álvaro de Vita. Sociologia da sociedade brasileira . 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.	
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro . 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.	
GOMES, Cândido Alberto. Educação em perspectiva sociológica . 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.	
ROSSI, Wagner. Capitalismo e educação . 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.	
DURKHEIM, Èmile. Educação e sociologia . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978	

DISCIPLINA: PSICOLOGIA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Introdução ao estudo da Psicologia: Pressupostos Epistemológicos. Principais Escolas da Psicologia: Behaviorismo, Gestaltismo e Psicanálise: suas contribuições para a Educação. Relação com a Aprendizagem. Hereditariedade e ambiente: Maturação e Aprendizagem. O desenvolvimento da personalidade nos seus aspectos afetivo, cognitivo, social e mental.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRAGHIROLLI, Eliana Maria et al. Psicologia geral . Petrópolis: Vozes, 2000.	
ORGAN, C. T. Introdução à psicologia . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1987.	
WITTIG, Arno. F. Psicologia geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981. 1995.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1996.

BOOK, Ana Maria M. Bahia et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GAZZANIGA, M.S.; HEATHERTON, T.F. **Ciência Psicológica: mente, cérebro e comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Makron Books, 1983.

HUFFMAN, Karen; VERNOY, Mark e VERNOY, Judith. **Psicologia**. São Paulo: Atlas, 2015.

DISCIPLINA: PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e dos gêneros discursivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HENRIQUES, Cláudio César. SIMÕES, Darcília. (orgs) **A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

MACHADO, Anna Rachel. LOUSADA, Eliane Gouvêa. ABREU-TARDELI, Lília Santos. **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. São Paulo: Atlas, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de Produções de Textos Acadêmicos e Científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, Anna Rachel. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa:** Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, Com Base Em Metodologia Científica. Editora Cengage Learning, 2012.

COSTA, Marco Antonio F. da. COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa:** Entenda e Faça. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Língua Oral e Língua Escrita: características e usos da linguagem, língua e fala. Variações linguísticas. Tipologia textual. Denotação e Conotação. Textualidade: fatores e elementos. Teoria e prática da produção textual. Teoria e prática de leitura.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.	
FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A redação pelo parágrafo. Brasília: UNB, 1998.	
FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.	
MATEUS, Maria Helena Mira et al. Gramática da língua portuguesa. Coimbra: Almedina, 1983.	
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1o e 2o graus. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.	
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.	
KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.	

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Aspecto e fases do desenvolvimento humano. Psicologias do Desenvolvimento. Teorias Fundamentais: Psicanalítica, Piagetiana e Vygotskiniana.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MORGAN, C. T. Introdução à psicologia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1987.	

FLAVELL, J. B. **Psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1985.

WITTIG, Arno. F. **Psicologia geral**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Maria Khol de. Vygotsky: **aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PIAGET, J., INHLEDER, B. **A psicologia da criança**. 9. ed. São Paulo: Difel, 1986.

VYGOTSKY, L. S. LURIA, A. R., LEONTEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1994.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

FERREIRO, E., TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	---------------------------------------

Ementa: Aprendizagem: Conceitos e teorias em Skinner, Piaget, Vygotsky e Rogers, fatores cognitivos. Aprendizagem e motivação da aprendizagem criatividade em sala de aula. Fracasso escolar. Interação social. Relação professor/aluno. Personalidade do professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPUS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. Campinas: Avercamp, 2004.

FARIA, Anália Rodrigues. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, C. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 2002

FERREIRO, Emilia et al. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

OLIVEIRA, Colandi Carvalho de. **Psicologia da ensinagem: psicologia dos processos mentais na relação professor/aluno**. 5. ed. Brasília: Kelps, 1998.

PATTO, Maria H. S. **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. Ver. Atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MACEDO, Lino de. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico)
<i>Ementa:</i> Pressupostos filosóficos que fundamentam a educação no ocidente. Educação e ideologia. Filosofia crítica da educação. A filosofia pós-moderna e o campo educacional. Filosofia da educação e pensamento pedagógico brasileiro. Perspectivas e desafios do pensamento pedagógico na atualidade	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2006.	
FREIRE, Paulo. Ideologia e educação : reflexões sobre a não neutralidade em educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.	
SAVIANI, Demerval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica . São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1989.	
LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro . 8. Ed. São Paulo. Ática, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CHAUÍ, M. Convite à filosofia . 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.	
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia : história e grandes temas. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.	
GHIRAL DELLI JÚNIOR, Paulo. (Org.). O que é filosofia da educação? Rio de Janeiro: DP&A, 2000.	
LARROSA, Jorge. Pedagogia profana : danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.	
LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-moderna . Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 2008.	
SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas . São Paulo: Centauro, 2002.	

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico)
<i>Ementa:</i> Sociologia e Sociologia da Educação. Aspectos históricos e epistemológicos da Sociologia da Educação. Educação, hominização e cultura. Educação escolar, seus atores,	

seus limites. A dimensão sociológica das trajetórias escolares. Educação, culturas e estratificação social. Sociedade em redes, sociedade da informação e os novos desafios para a escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola?** Um "olhar" sociológico. Porto: Porto editora, 2015.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar.** Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes.** A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GUARESCH, Pedrinho. **Sociologia crítica:** alternativas de mudanças. 66. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNOY, Martin. **A vantagem acadêmica de Cuba.** Por que seus alunos vão melhor na escola? Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M Martins. **Bourdieu e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escola.** Petrópolis, Vozes: 1970.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA: 60h
	(Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Debates teórico-metodológicos no campo da investigação da História e da História da Educação. História da Educação, da antiguidade até à atualidade, entre sociedades do oriente e do ocidente. Participação histórica da África e contribuições para afirmação cultural e educacional dos Afro-brasileiros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas.	
DE CERTEAU, Michel. A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.	

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna**. Porto Alegre: Globo.

GOODY, Jack. **O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação. 2005.

DISCIPLINA: ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	FUNDAMENTOS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	--------------------	--

Ementa: A Antropologia como ciência: objeto, método e desenvolvimento. Estudo de conceitos básicos da Antropologia: Cultura, Etnocentrismo e Relativismo Cultural. A Escola como espaço sociocultural. Multiculturalismo e educação. A questão da identidade étnicorracial na sala de aula, com ênfase para as populações indígenas e afro-brasileiras. Contribuições da antropologia para um trabalho pedagógico que valorize a diversidade étnico-cultural. Contribuições da pesquisa etnográfica no campo educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986

CANCLINI, Nestor G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CERTEAU, Michel de A. **A cultura do plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1996.

DISCIPLINA: POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> O Estado Moderno e as políticas educacionais: determinantes políticos, econômicos, filosóficos, históricos, culturais e sociais. As políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da terceira via. Reformas e políticas educacionais no Brasil: aspectos históricos, legais, normativos e organizacionais. Políticas educacionais no contexto atual e seus rebatimentos para a escola pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BIANCHETTI, Roberto G. Modelo neoliberal e políticas educacionais . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília, DF: Unesco, 2010. MÈSZAROS, István. Educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional . HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional no Brasil (1988-2001): processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos/João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 2011. MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social . São Paulo: Cortez, 2010 – (Biblioteca básica de serviço social; v. 5) PERONI, Vera Maria Vidal. A Política Educacional e o Papel do Estado nos anos 1990 . São Paulo: Xamã, 2003. SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto de MEC . Educação & Sociedade. v. XXVIII,nº100, out./2007. p. 1231-1255.	

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E CULTURAS INFANTIS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Diversidade Cultural e práticas Infantis. A criança como sujeito de múltiplas relações e linguagens. A cultura da Infância e a Infância na Cultura. A criança protagonista e pesquisadora. A socialização da Criança na qualidade de sujeito social que participa da sua própria socialização. A formação docente e as condições das produções de culturas infantis.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FORMOSINHO, Julia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuco; PINAZZA, Mônica Appezzato (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância**: Dialogando com o Passado Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem Linguagens da Criança**: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, Cores, Sons e Aromas**: A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARBOSA, Maria Carmem. **Por Amor e por força**: rotinas na Educação Infantil. Artmed Editora, 2009.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade**: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP: v. 26, Mai./Ago., 2005.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância**. Tradução de Z

DISCIPLINA: MATEMÁTICA: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	--

Ementa: O conteúdo de Matemática nos currículos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudo e análise de propostas curriculares oficiais, em nível nacional, estadual e municipal. A relação conteúdo-forma no ensino de matemática. Fundamentação psicológica do ensino de números e operações; espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento da informação a partir da Linguagem matemática e sua relação com o cotidiano do aluno, na resolução de problemas. Procedimentos teórico-metodológicos com base em tendências, teorias e princípios matemáticos pertinentes ao desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares e do uso social da matemática pelas diferentes culturas presentes no Brasil. Análise e utilização de recursos didáticos e procedimentos de avaliação específicos no campo da educação matemática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Dione Lucchesi. **Metodologia do ensino de matemática**. São Paulo: Cortez, 1990.

D'AMBRÓSIO, U. **Ensino de ciências e matemática na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1988.

D'AMBRÓSIO, U. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação matemática**. Campinas: Summus, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAYOL. **A criança e o número: da contagem à solução de problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FONSECA, Solange. **Metodologia de ensino: matemática**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

MACHADO, J. N. **Matemática e linguagem materna: análise de uma impregnação mútua**. São Paulo: Cortez, 1990.

MACHADO, Nilson J. **Matemática e educação**. São Paulo: Cortez, 1995

ROSA NETO, Ernesto. **Didática da matemática**. São Paulo: Ática, 1997.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA:	CARGA HORÁRIA: 60h
CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	(Teórico – 60h)

Ementa: Análise de teorias e práticas de propostas didático-pedagógicas para ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A Psicogênese da Língua Portuguesa escrita e falada. Metodologia da Língua Portuguesa com ênfase na leitura e produção textual. Conteúdos curriculares para o ensino de Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLENGER, Lionel. **Os métodos de leitura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DACANAL, José Hildebrando. **Linguagem, poder e ensino da língua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1993.
_____. **Aprender a escrever, ensinar a escrever. A magia da linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DISCIPLINA: LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Conhecimentos da ordem da escrita e da escrita, seus usos e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação. Estudos sobre o ensino da língua escrita. Alfabetização e Letramento: conceitos e práticas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
AIMARD, Paule. A linguagem da criança . Porto Alegre: Artmed, 1986.	
BATISTA, Antonio Augusto G. Aulas de Português . São Paulo: Martins fontes, 2001.	
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística . São Paulo: Scipione, 1990.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
AZEVEDO, Maria Amélia; MARQUES, Maria Lúcia (org.). Alfabetização hoje . São Paulo: Cortez, 1994.	
CAGLIARI, Gladis Massini; CAGLIARI, Luiz Carlos. Diante das letras : a escrita na alfabetização. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil- ABL São Paulo: Fapesp, 1999.	
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . São Paulo: Brasiliense, 2006.	
SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler . São Paulo: Cortez, 2005.	
TASCA, Maria; POERSCH, José Marcelino (org.) Suportes linguísticos para a alfabetização . Porto Alegre. Sagra, 1990	

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Contextualização histórica das práticas educacionais brasileiras. A historicidade da educação brasileira nos contextos da multiplicidade cultural e étnica, das relações de gênero e das classes sociais. A construção historiográfica da educação brasileira e o diálogo com diversas fontes e linguagens. Interface com a história da educação maranhense ao longo da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: SIOGE, 1993.

LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: História e teoria.** Campinas: Autores Associados, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** Sao Paulo: Cortez, 2008.

VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho; ARAÚJO, José Carlos Souza. **As Escolas Normais no Brasil: do império à república.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2017.

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL I

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: A reforma do Estado e suas implicações na administração dos setores públicos. As reformas educacionais concebidas pelo Banco Mundial e implementadas na última década nos países latino-americanos. As teorias organizacionais e os modelos gerenciais de gestão educacional. A municipalização como uma das modalidades de descentralização e como estratégia do funcionamento do Estado neoliberal, a partir de sua concepção de não intervencionismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORON, A. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

OLIVEIRA, D.A e DUARTE, M.R.T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.) **Gestão democrática da educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

BASTOS, João Baptista (org.) **Gestão democrática**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

FERREIRA, Naura S. C. (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS NATURAIS: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: Análise de teorias e práticas de propostas didático-pedagógicas para ensino de Ciências no Ensino Fundamental (1º ao 4º ano). Metodologia das Ciências com ênfase na investigação, curiosidade e inventividade. Conteúdos curriculares para o Ensino de Ciências. Técnicas de Avaliação para o Ensino de Ciências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASTOLFI, J. P. & DEVELAY, Michel. **A Didática das Ciências**. Campinas: Papyrus, 1990.

DELIZOICOV & ANGOTTI. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 1990.

NIDELCOFF, Maria Tereza. **A Escola e a Compreensão da Realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEAL, G. M. et. al. **Fundamentos para o estudo da ação em grupo**. In: Liderança e dinâmica de grupo. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MENEZES, L. C. (Org.) **Formação continuada de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez, 1993.

NERICI, Imídio. **Metodologia de ensino: uma introdução**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PEREIRA, Helvécio B. **Instrução programada: teoria e prática**. São Paulo: Forense, 1972

DISCIPLINA: HISTÓRIA: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Análise de teorias e práticas de propostas didático-pedagógicas para ensino de História no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O Ensino de História numa perspectiva crítica. 71 Metodologia do Ensino de História com ênfase na compreensão da historicidade do próprio aluno. Conteúdos curriculares para o ensino de História. Técnicas de Avaliação para o Ensino de História. Estudos dos PCNs de História.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CALLAI, H. C. (Org.) Ensino de Estudos Sociais . Ijuí: Unijuí, 1991.	
FONSECA, S. G. Caminhos da história ensinada . Campinas: Papyrus, 1993.	
GIOVANNI, Maria Luíza R. História . São Paulo: Cortez, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BITENCOURT, C.M.F. Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas . São Paulo: Loyola, 1990.	
LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno . São Paulo: Ática, 1991.	
MOREIRA, Cláudia Regina Baukat Silveira; VASCONCELOS, José Antonio. Metodologia do ensino de História e Geografia: didática e avaliação da aprendizagem no ensino de História . Curitiba: Intersaberes, 2012.	
PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia . São Paulo: Cortez, 1994.	
PINSKI, J. (Org.) O ensino de história e a criação do fato . São Paulo: Contexto, 1988.	

DISCIPLINA: ARTE: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> A Arte no currículo escolar. Arte e Educação. Arte como forma de expressão. Artes Visuais. Noções de teoria da Arte. Oficina de Arte.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARBOSA, Ana mal. A imagem no ensino da arte . São Paulo, Porto Alegre: Perspectiva/Iochpe, 1991.	
COLL, Jorge. O que é arte? . São Paulo: Brasiliense, 1982.	

DUARTE, Maria de Sousa. **A educação pela arte: o caso de Brasília.** Brasília: Iochpe, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Maria de Sousa, e Sales, Heloisa Margarida (org). **O ensino da arte e sua história.** São Paulo-MAC-USP: Ática, 1990 72

FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo e Maria F. de Rezende e Fusari. **Metodologia do ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____, **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 1993.

PEREIRA, Maria de L. M. (coord). **Arte como processo na educação.** Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

READ, Herbert. **Educação pela arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: História dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. A diferença entre linguagens e língua e as implicações para se pensar os processos identitários. A Língua Brasileira de Sinais, suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua (gem) e produções culturais. O campo e objetos dos "Estudos de Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional. As bases epistemológicas das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico:** Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova Identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

LACERDA, Cristina B.F. de; GÓES, Maria Cecília R. de; (Orgs.) **Surdez: processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura (Orgs). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas.** Brasília: Ministério da Educação, 1990.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** (Conferência de Joimtien) Brasília: Ministério da Educação, 1990.

_____. **Lei Federal n.10.436 de 24 de Abril de 2002.** Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da outras providencias, Brasília, 2002.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência.** Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2006. LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Aparecida et al (org) **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnicorracial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis: UDESC, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol 1: A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Tomás Tadeu (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Exclusão Social: Barreiras e bloqueios estruturais da sociedade capitalista; movimentos sociais: conceitos, tipos, elementos constitutivos, teorias, a práxis dos principais movimentos populares e a sua forma de organização; movimentos sociais cidadania e educação; aspectos educativos dos movimentos sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARENDDT. Hanah. Da Revolução . Brasília: Ed. Unb, 1982.	
BARBOSA, Walmir. Estado e Poder Político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução . Goiania: Ed.da Ucg, 2004.	
BÓBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade . Rio de Janeiro: Edouro. 2000	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CHAUI, Marilena. O que é Ideologia . São Paulo: Brasiliense, 2001.	
HELLER, Agnes e FERENC, Feher. Condição política Pós-moderna . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 002.	
HOBSBAWM, Eric. Revolucionários; Ensaio Contemporâneos . Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1985.	
LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2003.	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a atuação do pedagogo no setor empresarial. Processos de educação continuada no desenvolvimento de Recursos Humanos. O Processo Pedagógico nos Movimentos Sociais. Processo de organização e desenvolvimento comunitário. Análise de experiências oriundas de educação não escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola.** Rio de Janeiro: Loyola, 1989

COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap.** n. 38, p. 38-52, mar. 1994

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresa.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMASCENO, M. Nobre. **Pedagogia do engajamento:** trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC, 1990.

GOHN, M. Glória. **A força da periferia:** a luta de mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995. 199 p.

LEFÉVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção.** Porto: Publicações Escorpiano, 1973.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: hucitec, 1989

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado - AEE a partir da política nacional de educação inclusiva. Atendimento à da pessoa com necessidades educacionais especiais, incluindo transtorno do Espectro Autista e Distúrbios de Aprendizagem. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão. Reflexão crítica das

questões ético – político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de alunos (as) com deficiência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 03/abril de 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios.** São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes.** In: Bianchetti, Lucídio; Freire, Ida Mara (Org). *Um olhar sobre a diferença.* Campinas: Papirus. p.21-51. 1998.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um Olhar sobre a Diferença.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência.** Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010

DISCIPLINA: DIDÁTICA

CARGA HORÁRIA: 60H (Teórico)

Ementa: Contextualização da Didática: Educação Pedagogia e Didática. Educação e Sociedade. Retrospectiva histórica da Didática: dos clássicos ao momento atual. Tendências Pedagógicas. O Processo de Ensino e seus componentes. O Planejamento

de Ensino: objetivos, conteúdos, métodos de ensino e avaliação da aprendizagem. Relações Professor-aluno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, Vera M. (Org.). **A didática em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FARIAS, I. M. S. et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Líber Livro, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PIMENTA, Selma G. (Org.). **Didática e formação de professores**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma P. de Alencastro (org). **Repensando a Didática**. 25 ed. Papirus: Campinas/SP, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMENIUS, J.A. **Didática Magna**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CANDAU, Vera Maria. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, Vera Maria. *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Maria Luisa M.; ZEN, Maria Isabel H. Dalla (orgs). **Planejamento em Destaque: Análises menos convencionais**. Editora Mediação: Porto Alegre, 2000.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: Estudo dos processos educativos voltados ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, incluindo as populações indígenas e remanescentes de quilombos, vinculados a luta e ao trabalho no meio rural em defesa da reforma agrária e da educação pública. Amplia-se o conceito de educação básica, incluindo reflexões sobre as lutas sociais e culturais que tentam garantir a formação de seus educadores e a emancipação desses sujeitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIM, César e CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação Básica do Campo, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMADA, Francisco de A. Carvalho. **A experiência educativa de uma casa familiar rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2005. 118p. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém do Pará.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo; Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KOLLING, Edgar Jorge e outros. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

PAIVA, Vanilda. (Org). **Perspectivas e dilemas da educação Popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA:60h (Teórico)
---	------------------------------------

Ementa: Psicologia e Psicologia da Educação. Aproximações críticas entre Psicologia e educação escolar. Principais teorias psicológicas que subsidiam a educação contemporânea. As dimensões cognitiva, afetiva e histórico-cultural dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e social. Psicologia e o ensino de **(Licenciatura, ex: matemática)** nas escolas. Preconceitos, estereótipos e mitos sobre o fracasso, violência e disciplina nos espaços escolares. Memórias, identidades, subjetividades e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LA TAILLE, Y.de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1998.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo, & FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs.), **Psicologia Histórico-Cultural**. Contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

PATTO, Maria Helena de Sousa. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997.

OZELLA, Sérgio. **Adolescências Construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da Educação**: seis abordagens. Campinas: Avercamp, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópoles: Vozes, 1987.

LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e educação**: o significado do aprender. Porto alegre: EDIPUCRS, 2004.

MACIEL, I. M. (org.). **Psicologia e Educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A Institucionalização Invisível**: Crianças que não aprendem na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras; Fapesp, 2001.

DISCIPLINA: MÉTODOS DE PESQUISA NO ESPAÇO ESCOLAR	CARGA HORÁRIA: 60H teórico:45 Prático: 15
<i>Ementa:</i> O ensino como campo de investigação. Cultura escolar. Culturas escolares. A construção histórica e simbólica do espaço escolar. A pesquisa etnográfica no espaço escolar. A pesquisa participante no espaço escolar. Teoria e metodologia da história oral e a pesquisa no campo educacional. O professor pesquisador. Elaboração de projetos de pesquisa no espaço escolar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas Escolares . Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.	

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FONTE, Paty. **Pedagogia de Projetos: ano letivo sem mesmice**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1.

BERNSTEIN, Brasil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias de Escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DAUSTER, Tania; TOSTA, Sandra P.; ROCHA, Gilmar (Orgs.) **Etnografia e Educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

DISCIPLINA: GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS	CARGA HORÁRIA: 60h Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> A gestão educacional no âmbito do federalismo. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Financiamento da educação e a gestão escolar. Gestão escolar e a organização da escola na perspectiva democrática. Projeto Político Pedagógico Escolar. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo, espaço.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília: Unesco, 2010.	
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, MirzaSeabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez Editora, 2010.	
LUCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Série: Cadernos de Gestão.	

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 8º Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Série: Caderno de Gestão.

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

COELHO, Lígia Marta C. da Costa, CAVALIERE, Ana Maria (Orgs.). **Alfabetização e os múltiplos tempos que se cruzam na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: A educação colonial e as relações de gênero, raça/etnia e grupos sociais. O ensino secundário no Brasil Império e seus determinantes políticos, sociais e de gênero. A educação republicana e as políticas educacionais. Reformas e políticas educacionais no Brasil: aspectos históricos, legais, normativos e organizacionais. As políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da terceira via. Legislação Educacional na atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ed. rev. e ampl.- São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. etall (org). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo & ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil** (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras; FAPESP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPEZ, A. P. C. (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do império à República**. SP: ALÍNEA. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/INEP, 1998.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

HERMIDA, Jorge Fernando: **A reforma educacional no Brasil (1988-2001):** processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos/João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A Política Educacional e o Papel do Estado nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PRIORE, Mary del (org.). **História da criança no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: Direitos Humanos e democracia. Multiculturalismo, Universalismo e Relativismo Cultural. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Educação e direitos humanos frente às políticas neoliberais. As questões étnico-raciais na contemporaneidade. A proteção dos grupos vulneráveis: a criança e o adolescente, homossexuais e transexuais, mulheres, povos indígenas, população afro-brasileira, idosos, refugiados e pessoa com deficiência. Políticas de ações afirmativas
Elaboração de projetos e práticas educativas promotoras da cultura de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

BENEVIDES, Maria Vitória; SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo: FEUSP/Cortez, 2005.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, SECAD, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, Vera (Org.) **Educar em Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVAES, Regina (Org.). **Direitos Humanos: temas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SANTOS NETO, Manoel. **O negro do Maranhão: a trajetória da escravidão, a luta por justiça e por liberdade e a construção da cidadania**. São Luís - MA: Clara; Guarice, 2004.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado - AEE a partir da política nacional de educação inclusiva. Atendimento à da pessoa com necessidades educacionais especiais, incluindo transtorno do Espectro Autista e Distúrbios de Aprendizagem. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão. Reflexão crítica das

questões ético – político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de alunos (as) com deficiência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 03/abril de 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios.** São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes.** In: Bianchetti, Lucídio; Freire, Ida Mara (Org). *Um olhar sobre a diferença.* Campinas: Papirus. p.21-51. 1998.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um Olhar sobre a Diferença.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência.** Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Ciência e Métodos Científicos. Natureza, processo e níveis de conhecimento. Processo de estudos científicos. Estrutura do trabalho científico. A linguagem científica. O registro científico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 20.ed. São Paulo: Cortez, 1996.	
LUCKESI, C. Carlos, et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica . 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996.	
CERVO, Arnaldo Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica . 3. ed. São Paulo: MacGraw-hill do Brasil, 1983.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KELLER, Vicente, BASTOS, Cleverson. Introdução à metodologia científica . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.	
GEWANDSZHAJDER, Fernando. O que é método científico . São Paulo: Pioneira, 1989.	
LAKATOS, Eva Maria, MARCONE, Marina de A. A metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1986.	
SOUSA, J. M. de. Iniciação à lógica e à metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.	
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996	

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Exclusão Social: Barreiras e bloqueios estruturais da sociedade capitalista; movimentos sociais: conceitos, tipos, elementos constitutivos, teorias, a práxis dos principais movimentos populares e a sua forma de organização; movimentos sociais cidadania e educação; aspectos educativos dos movimentos sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARENDDT, Hanah. Da Revolução . Brasília: Ed. Unb, 1982.	
BARBOSA, Walmir. Estado e Poder Político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução . Goiania: Ed.da Ucg, 2004.	
BÓBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade . Rio de Janeiro: Edouro. 2000	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HELLER, Agnes e FERENC, Feher. **Condição política Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Revolucionários**; Ensaio Contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**: Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a atuação do pedagogo no setor empresarial. Processos de educação continuada no desenvolvimento de Recursos Humanos. O Processo Pedagógico nos Movimentos Sociais. Processo de organização e desenvolvimento comunitário. Análise de experiências oriundas de educação não escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. Rio de Janeiro: Loyola, 1989

COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. n. 38, p. 38-52, mar. 1994

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMASCENO, M. Nobre. **Pedagogia do engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC, 1990.

GOHN, M. Glória. **A força da periferia**: a luta de mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995. 199 p.

LEFÉVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA DA REGIÃO TOCANTINA	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Sul do Maranhão: ocupação e povoamento. Entre Amazônia, Sertão e Nordeste: aspectos étnicos e culturais da Região Tocantina. A integração da Região Tocantina na economia global. Música e literatura, expressões da identidade cultural regional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992. CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000 COELHO NETO, Eloy. História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARROS, Edelvira Marques de Moraes, Eu, Imperatriz. Imperatriz/MA, Academia Imperatrizense de Letras, 2012. FRANKLIN, Adalberto. Quem é imperatrizense, afinal? In: Academia Imperatrizense de Letras. Antologia: Contos, Crônicas, Poesias. Imperatriz/MA, AIL, 2012. FREGONA, Livaldo (org). Jurivê Macedo: mestre da crônica jornalística. Imperatriz/MA, Academia Imperatrizense de Letras, 2012. LIMA, Rosirene Martins. Espaços urbanos e rurais na cidade: um estudo sobre os trabalhadores rurais em Imperatriz/MA. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. ROCHA, Rosemary Gomes. O processo de ocupação do sul do Maranhão: dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial. In: InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. SHANCHES, Edmilson. Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002. Imperatriz/MA, Instituto Imperatriz, 2003.	

DISCIPLINA: TEORIA DO CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	---------------------------------------

Ementa: Currículo e avaliação na educação brasileira: pensamento curricular; currículo e suas dimensões epistemológica, histórica, didático-pedagógica, política e cultural; política do conhecimento oficial e currículo escolar, como política cultural; concepções teóricas do currículo e da avaliação; currículo disciplinar e possibilidades de superação da disciplina; debates contemporâneos no campo do currículo e da avaliação; desafios para o século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPLE, Michael. **Currículo e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael W. **Política Cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FORQUIN, J. C. (org.). **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 2a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SACRISTAN, J. Gimeno. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

YOUNG, Michael F. D. **O Currículo do Futuro: da nova sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZABALZA, Miguel A. **Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola**. 2a Ed. Lisboa: Ed. Asa, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DISCIPLINA: GEOGRAFIA: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: O conteúdo de Geografia nos currículos da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Análise de propostas curriculares oficiais em nível nacional, estadual e municipal. A relação conteúdo-forma no ensino de Geografia a partir de eixos temáticos, contemplando questões que envolvam a análise da relação indivíduo-natureza, as relações sociais constitutivas da presença africana e indígena nos espaços geopolíticos brasileiros, referenciados pelo estudo da ação do homem sobre a natureza, dos grupos e suas relações sociais e da sociedade em geral, na construção e transformação do espaço geográfico. Procedimentos Metodológicos referenciados no conhecimento do meio em que vivem e na sua relação com outros meios distanciados no tempo e/ou espaço, através de abordagens interdisciplinares que utilizem a leitura de linguagens de natureza geográfica e projetos de trabalho. Análise e utilização de recursos didáticos e procedimentos avaliativos específicos do ensino de Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela D. de, e PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1991.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FOUCHER, M. **Lecionar a geografia, apesar de tudo**. In: VESENTINI, J. W. (org). **Ensino: textos críticos**. São Paulo: Difel, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO: L.M.P. **O estudo da paisagem: uma abordagem perspectiva**. In: *Revista Geografia e Ensino*, n.8, 1988.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto: 1993 73

PEREIRA, D.A.C. **A geografia escolar: conteúdos e/ou objetivos**. *Cadernos Prudentinos de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n.17, 1995

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	--

Ementa: Planejamento e organização das ações e espaços educativos de crianças de 0 a 06 anos. O lúdico na Educação Infantil: o brincar, as brincadeiras e jogos como expressão cultural e sua importância no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Processos interativos, a imaginação, a literatura, as artes plásticas, cênicas e a música na constituição do sujeito solidário, autônomo e criativo. O papel e prática pedagógica dos profissionais de educação infantil. A organização do trabalho pedagógico. Processos de construção da autonomia infantil. Atividades lúdico-pedagógicas. Desejos e necessidades infantis. Planejamento, rotina e modalidades organizativas dos eixos de conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARTAXO, Simone Regina. **Pressupostos da Educação Infantil**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013. PDF. (BIBLIOTECA VIRTUAL).

LOPE, Amanda Cristina Teagno. **Educação infantil e registro de práticas**. Cortez. 2009.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGOTTI, Maristela. **O Trabalho Docente na Pré-Escola: requisitando teorias, descortinando práticas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

SILVA, Isabel de Oliveira E. **Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**, 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORIA-SABINI, Maria Aparecida; LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. (BIBLIOTECA VIRTUAL).

NEGRINE, Airton da Silva; NEGRUINE, Crisitiane Soster. **Educação Infantil**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

GARDNER, H. **A Criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensina-la**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> Teorias e práticas pedagógicas da educação infantil voltadas para as crianças de zero a cinco anos. Estudo, numa perspectiva das ciências sociais, as instituições de educação infantil para a pequena infância. Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas educação infantil.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGUIAR, Serapião. Jogos para o ensino de conceitos. Leitura e escrita na pré-escola. Campinas: Papyrus, 1998. BREVES, Maria Tereza. O livro-de-imagem. Um (pre) texto para contar histórias. Imperatriz: Breves Palavras, 2000. BROUGÉRE, A. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BROUGÉRE, A. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1997. FRITZEN, Silvino José. Dinâmica de recreação e jogos. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997. OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. Creches: crianças, faz de conta & cia. Petrópolis: Vozes, 1998. OLIVEIRA, Vera Barros de. O símbolo e o brinquedo. Petrópolis, Rj. Vozes, 1996 WEILL, Pierre. A criança, o lar e a escola. Petrópolis: Vozes, 1998.	
DISCIPLINA: HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
<i>Ementa:</i> História e cultura dos povos indígenas brasileiros. Educação e diversidade cultural: pressupostos e fundamentos pedagógicos, psicológicos, antropológicos e sociológicos. Políticas indigenistas de educação: colônia, império, república mundo dos índios. A educação escolar indígena específica e diferenciada. O sistema educacional e a construção do estado nacional brasileiro. A escola dos brancos no mundo dos índios. A educação escolar indígena 81 específica e diferenciada. Educação, práticas e processos de aprendizagem dos povos indígenas no Maranhão.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ASSOCIAÇÃO CARLO UBBIALI. **Os índios do Maranhão: O Maranhão dos índios.** São Luís-MA: Instituto Ekos, 2004.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD/LACEDE Museu do índio, 2006.

GRUPIONE. Luís Doniset Benzi. (Org). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: MEC/SECAD, 2006.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil.** São Paulo: Global, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Educação e diversidade cultural: interculturalidade como episteme.** Cadernos de Educação. Cuiabá: UNIC, 1997.

CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; AFONSO, Eduardo José. **Os povos das florestas.** São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

JUCAPÉ, KakaWerá. **A terra dos mil povos: história indígena no Brasil contada por um índio.** São Paulo Peirópolis, 1998.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio.** São Paulo: Callis Editora, 2000.

SILVA, Ilma Maria de Oliveira. **Os cursos de magistério indígena do estado do maranhão e as implicações na formação dos professores krikati numa perspectiva específica e diferenciada.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão. 2012.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CONTEÚDOS E METODOLOGIAS	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: Estudo e análise de metodologias presenciais e de educação a distância utilizadas na escolarização inicial e continuada de jovens e adultos. Projetos Educativos. Estudo de metodologias alternativas utilizadas em processo de educação não-formal, com ênfase em metodologias investigativas, pesquisa-ação e participante. Análises de experiências educacionais. Estudo da problemática do idoso do ponto de vista sócio-histórico-cultural, com a adequação de currículos, metodologias e tecnologias, aplicáveis aos programas para a terceira idade com vistas ao respeito e tolerância a velhice pelo estudante de Pedagogia, através de pesquisas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORAZZA, Sandra Mara. **Tema gerador: concepções e práticas.** Ijuí/RS: Inijuí, 1992.

FERREIRA, Maria José Duarte. **Reflexões sobre o processo metodológico de alfabetização.** Caderno n. 3, MOVA-SP. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, jul. 1990.

FERREYRA, Erasmo Norberto. **A linguagem oral na educação de adultos.** Porto Alegre: ArTmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

FUCK, Irene Terezinha. Alfabetização de adultos. **Relato de uma experiência construtivista.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HARA, Regina. **Ler, escrever, contar: construção de cartilhas para alfabetização de adultos.** São Paulo: CEDI, 1990

KLEIMAN, Ângela B. e SIGNORINI, Inês. **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos.** Porto Alegre: ArTmed, 2000.

DISCIPLINA: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	--

Ementa: Visão histórica, características e definições de tecnologias. Impacto das TIC's na educação. Recursos tecnológicos educativos e suas implicações no processo ensino aprendizagem (presencial e à distância). A mediação docente entre as TIC's, aprendizagem e avaliação. Organização de situações de aprendizagem por meio das TIC's. Noções básicas de informática: a utilização de editor de texto (WORD), do Power Point na elaboração de recursos didáticos, da Internet e do Correio Eletrônico. Ferramentas de busca e seu uso na pesquisa. Softwares educativos e sua exploração em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONILLA, Maria Helena. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação.** Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

PRETTO, Nelson & SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Orgs.). **Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder.** Salvador: EDUFBA, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Raquel. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KENSKI, Vani M. **Tecnologia e ensino presencial e a distância.** 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. (BIBLIOTECA VIRTUAL)

SILVA, Maco. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quatet, 2000.

SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e educação.** São Paulo: Contexto, 2010.

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	--

Ementa: A contextualização histórica da avaliação educacional. Avaliação institucional: currículos e corpo docente. Avaliação de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HATDT, Regina Célia C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1989.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação mito & desafio uma perspectiva construtiva.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação Escolar: julgamento x construção.** Petrópolis: Vozes, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (coord). **Avaliação na escola de 1º Grau: uma análise sociológica.** Campinas: Papyrus, 1992.

TURRRA, Clódia Maria et al. **Planejamento de Ensino e avaliação.** Porto Alegre: sagra/Luzzatto, 1998.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertard, 1999.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	---------------------------------------

Ementa: A prática de ensino e o desenvolvimento profissional de professores: concepções, finalidades e sistematização. O cotidiano escolar e as formas organizativas do ensino. A prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares. A prática de ensino e a formação reflexiva e continuada de professores: a sala de aula como espaço de investigação-ação, de perguntas pedagógicas, de construção de narrativas, de análise de casos e trabalho com projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, Isabel. (Org) **Formação reflexiva de professores.** Porto/Portugal: Porto Editora, 1996.

ALVES, Nilda (org.) **Formação de professores: pensar e fazer.** São Paulo: Cortez, 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTRELA, A. **Teoria e prática de observação de classe: uma estratégia de formação de professores.** Lisboa: INIC, 1986.

PENIN, Sonia de Souza. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura.** Campinas: Papyrus, 1994.

PIMENTA, Selma. **O estágio na formação de professores: universidade, teoria e prática.** São Paulo: Cortez, 1995.

SAINT-ONGE, Michel. **O ensino na escola: o que é como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

VIEIRA, F. **Supervisão: uma prática reflexiva de formação de professores.** Rio Tinto: Edições ASA, 1992.

DISCIPLINA: PRÁTICA EM AMBIENTE ESCOLAR	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
--	---------------------------------------

Ementa: Conceito de prática, *práxis*, prática reflexiva e prática pedagógica. Fundamentos teóricos da prática pedagógica. Iniciação à vivência nos espaços escolares para a investigação do cotidiano da escola, dos desafios da prática docente e da identidade profissional docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Pt: Dom Quixote, 1995.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PERRENOUD, Philippe, (1993). **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Portugal: Publicações Dom Quixote.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR	CARGA HORÁRIA: 60h (Teórico – 60h)
---	--

Ementa: Desenvolvimento de atividades de administração e supervisão – coordenação - escolar junto a escolas de educação básica, direcionado à compreensão do trabalho pedagógico da Gestão Escolar. Articulação dos fundamentos teórico-práticos do Trabalho Pedagógico administrativo com base na proposta pedagógica da escola campo de estágio. A prática de ensino e o desenvolvimento profissional de professores: concepções, finalidades e sistematização. O cotidiano escolar e as formas organizativas do ensino. A prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares. A prática de ensino e a formação continuada de professores: a sala de aula como espaço de investigação-ação, de perguntas pedagógicas, de construção de narrativas, de análise de casos e trabalho com projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens.** 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Nilda. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola.** São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Naura S. Carrapeto. **Gestão Democrática: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo, Cortez, 2003.

SENGER, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.** 19. ed. Rio de Janeiro-RJ: Best Seller, 2006.

FORTUNA, Maria Lúcia A. **Gestão Escolar e subjetividade.** São Paulo. Intertexto, 2000.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** Campinas- SP: Papyrus, 1994.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA DO MARANHÃO

CARGA HORÁRIA: 60h
(Teórico – 60h)

Ementa: Paradigmas historiográficos e culturais na construção das representações sobre o Maranhão. História, Educação e Religião na construção cultural do Maranhão. História Cultural e possibilidades de pesquisa no campo educacional maranhense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: SIOGE, 1993.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Carlota. **O Sertão.** 2. ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização no Maranhão do século XIX.** In: Revista brasileira de história da educação. Campinas/São Paulo: Autores Associados, n.º. 20, 2009, p. 80-121. (Biblioteca Virtual)

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 1990.

MARQUES, A. César. **Dicionário histórico geográfico da província do Maranhão**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.

MONZA, Pe. Bartolameo da. **O massacre do alto alegre**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

8.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Curso de Licenciatura em Pedagogia oportuniza ao educando a vivência de diferentes Tempos Educativos. A elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, exige um importante tempo de dedicação, desde a escolha do tema, passando pela pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, análise crítica de dados, elaboração do texto, momentos de orientação, e por fim, a defesa pública da versão final do texto, elementos vinculados a uma importante estratégia pedagógica e avaliativa.

Contudo, antecipa-se a este momento o pré-projeto aprovado e com orientação definida. Cabe neste exercício a definição de tema a ser estudado, plano de pesquisa e aplicação do método científico obedecendo as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, conforme trabalhado na disciplina de Metodologia da Pesquisa.

O Trabalho de Conclusão de Curso é um exercício de pesquisa de campo, de vasto estudo bibliográfico sobre o tema escolhido, observação responsável, reflexões e comprovações de hipóteses, ou novos questionamentos ou ainda, indicações de caminhos para a solução de problemas.

O TCC é o requisito final para a graduação em Pedagogia, e deve ser apresentado em formato de monografia. O TCC deve ser acompanhado por um professor da UEMASUL, efetivo ou substituto, que pontuará as suas considerações sobre o tema e o desenvolvimento do trabalho ao longo do período de elaboração. Ainda conforme a instituição UEMASUL, a orientação, a critério do Colegiado e mediante justificativa apropriada, um professor externo pode compartilhar a orientação. A apresentação da Monografia será, sempre, um ato público, para uma banca composta pelo orientador e outros dois professores.

8.6 AVALIAÇÃO

O Curso de Pedagogia Licenciatura, e os demais cursos que inseridos no Programa de Formação “Caminhos dos Sertões” UEMASUL, será composto por discentes de perfis distintos identificados na construção dos perfis dos ingressantes conforme demanda dos municípios a serem atendidos nas Unidades Avançadas. Alguns dos alunos tratam-se de professores que exercem a docência há muito tempo e não passaram pela formação acadêmica, além de egressos do ensino médio em busca de formação profissional para entrarem no mercado de trabalho.

Todos os cursos possuem cargas horárias específicas. Sabemos que a avaliação é a culminância dos diversos momentos experimentados por alunos, professores e instituição de ensino. Aulas práticas e teóricas, pesquisa de campo, estágios e seminários integradores, momentos que oportunizarão a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos discente e concomitante se avalia o curso como um todo. Cabe considerar que muitos dos educandos carregam consigo experiências a serem observadas e consideradas, resultados de suas vivências a partir da suas atuações nas escolas.

A avaliação é fundamental para que alunos, professores, e também o curso alcancem seus objetivos no processo de ensino-aprendizagem. De modo que, não deve ser observada ou aplicada com a mera função de cumprir protocolo burocrático, que em muitas vezes pode ser excludente. Na visão de Barbosa (2008), a avaliação é um instrumento que não deve servir apenas para atribuição de notas ou certificados, mas sim para uma orientação, através de um trabalho conjunto entre o professor e o aluno, para que se possa obter um acompanhamento integral no processo de ensino-aprendizagem.

Sobretudo, no ensino superior, a avaliação deve permitir uma visão ampla e nítida dos pontos positivos e aqueles que ainda necessitam ser melhorados:

[...] a avaliação sempre faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois o professor não pode propiciar a aprendizagem a menos que esteja constantemente avaliando as condições de interação com seus educandos. Está relacionada ao processo de construção de conhecimento [...] Pela avaliação, o professor vai acompanhar a construção das representações no aluno, percebendo onde se encontra (nível mais ou menos sincrético), bem como as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum. (OLIVEIRA e PAIXÃO, 2013, p. 2)

Convém sublinhar que para realizar a avaliação do ensino-aprendizagem dos discentes vai demandar do professor, da coordenação do curso, apropriação de estilos e instrumentos avaliativos. Analisar previamente cada instrumento a ser aplicado, que estes respeitem e valorizem as particularidades do público de educandos. É necessário, portanto apresentar ao

aluno de forma clara como esses instrumentos serão aplicados no decorrer de cada disciplina do curso.

Estudos aplicados a esse tema classificam algumas modalidades na avaliação: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

- Diagnóstica: realizada no início do processo, objetivando diagnosticar dificuldades ou nível de conhecimento do aluno;
- Formativa: professor e aluno observam erros e acertos, no processo de ensino-aprendizagem;
- Somativa: ocorre pela soma das notas adquiridas durante todo o percurso do curso. Há um risco de se apresentar de forma classificatória ou excludente.

Nessa perspectiva, o professor não precisa optar por um único modelo, cada momento do curso possui uma dinâmica, ritmo, públicos diferentes, e evidentemente requer avaliações distintas. Contudo, é de suma importância que o educando perceba que está sendo acompanhado na produção e construção do conhecimento, e jamais julgado em qualquer que seja a circunstância. “Esse processo deve ser permanente considerando a especificidade, devendo abranger no processo avaliativo não só o aluno, mas também o professor e o contexto” (GALOCHA, POLETO e TAVARES, 2017, p. 28). Um processo contínuo, refletido, e preferencialmente compartilhado no propósito de diagnosticar fragilidades e ao mesmo tempo encontrar caminhos para solucioná-las progredindo no aprendizado de cada aluno.

É importante que o aluno tenha compreensão do caminho percorrido, das metodologias aplicadas, conhecerem os instrumentos e técnicas avaliativas, bem como ocorre o processo de produção e construção de conhecimento, ambientes pedagógicos e contextos diferentes. Sobretudo, os discentes de Pedagogia Licenciatura que em breve serão replicadores desses métodos em novos processos.

8.7 SEMINÁRIOS INTEGRADORES

Buscando garantir qualidade de ensino e formação sólida para graduandos dos cursos de licenciatura, o Programa de Formação Caminhos do Sertão sustenta como atividade complementar e obrigatória na matriz curriculares das Licenciaturas os Seminários Integradores que serão realizados do 2º ao 8º período dos cursos de Pedagogia, Letras, Biologia, História,

Matemática, Física, Química e Geografia nas Unidades Avançadas. Os Seminários integradores correspondem a um conjunto de atividades que tem por objetivos:

Oportunizar a integração entre acadêmicos e professores se reúnem discutir os conteúdos estudados;

- Estimular a pesquisa e produção científica;
- Possibilitar aos graduandos a socialização de atividades realizadas no curso, mirando ampliar o debate sobre a dimensão interdisciplinar do trabalho;
- Socializar métodos para a melhoria do ensino-aprendizagem;
- Familiarizar o aluno com a apresentação oral de projetos de pesquisa e com o ambiente de defesa de comunicação.

Os seminários funcionam como eixo integrador entre os cursos de licenciaturas do Programa, configurando momentos de salutar importância para a formação acadêmica. A metodologia para a realização e apresentação dos seminários pode ser oficina temática, painéis ou apresentações orais.

9 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

Equipe composta por uma Coordenação Geral, uma Vice Coordenação e uma Coordenação Pedagógica. Com as atribuições de coordenar, promover e acompanhar as atividades acadêmicas, administrativas e pedagógicas dos cursos.

9.1 Coordenação Administrativa e Pedagógica

O Programa de Formação Docente da UEMASUL desenvolverá suas atividades a partir do trabalho específico de cada profissional colaborando para execução das atividades, com as seguintes funções:

- a) Coordenador(a) geral;
- b) Secretário(a) do coordenador geral;
- c) Coordenador(a) pedagógico;
- d) Coordenador(a) financeiro;
- e) Secretário(a) acadêmica;

- f) Coordenador(a) de curso;
- g) Coordenador(a) local;
- h) Secretário(a) local;
- i) Assistente local.

A- coordenador(a) Geral

- Articular e apresentar o quadro de oferta de turmas especiais nos municípios da área de abrangência da IES;
- Coordenar, promover e acompanhar as atividades acadêmicas e pedagógicas bem como realizar, em conjunto com o coordenador pedagógico e com os coordenadores de curso, a adequação do projeto pedagógico às especificidades dos alunos selecionados para turmas especiais;
- Elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela IES referentes ao Programa;
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Responsabilizar-se por manter atualizados os dados das turmas especiais ofertadas pela IES no âmbito do Programa;
- Manter arquivados na IES a documentação relativa aos cursos e de todos bolsistas do Programa;
- Solicitar ao coordenador pedagógico, financeiro e de curso relatório de atividades para garantir recebimento da bolsa;

B - secretário(a) do(a) coordenador(a) geral

Auxiliar o coordenador geral no desenvolvimento das atividades descritas no item anterior.

C - coordenador(a) pedagógico(a)

- Acompanhar a execução do calendário letivo;
- Acompanhar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- Garantir a realização semanal do horário de trabalho pedagógico coletivo;
- Organizar encontros de formação e planejamento docente;
- Coordenar a organização do material didático-pedagógico do programa;

- Acompanhar o atendimento individual aos docentes;
- Fornecer base teórica para nortear a reflexão sobre as práticas;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador geral do Programa na IES;
- Auxiliar o coordenador geral na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias.

D - secretário(a) Acadêmico(a)

- Acompanhar, registrar e manter atualizado o controle acadêmico de todos os discentes matriculados em todos os cursos das Unidades Avançadas;
- Viabilizar a liberação das disciplinas no sistema acadêmico;
- Colaborar com os coordenadores de cursos e coordenador pedagógico quanto às solicitações sobre o SIGAA;
- Acompanhar a atualização dos programas e/ou ementas das disciplinas ministradas na Unidade;
- Coordenar o arquivo dos discentes ingressantes, assim como a manutenção e desenvolvimento dos arquivos;
- Coordenar as atividades de registro de resultados da avaliação dos segmentos discentes, sendo o elo do programa com a coordenação de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

E - coordenador(a) de Curso

Vanusa da Silva Lima, possui Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Imperatriz - FACIMP (2008), mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Comunidades Tradicionais na área de Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB (2018). Tem experiências na gestão escolar atuando em escolas de modalidade de alternância: Casa Familiar Rural - CFR- Coquelândia/MA e Centro de Educação do Trabalhador Rural - CENTRU-MA. Bem como, experiência indigenista acumulando trabalhos de assessoria técnica e administrativa com povos indígenas do Maranhão e Tocantins, no âmbito de Projetos de Compensação Ambiental Projeto Básico Ambiental PBA Timbira e Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena.

- Elaborar o PPC do Curso;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas das turmas do Programa;
- Propor e participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologias e elaboração de materiais didáticos para o Programa;
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Colaborar com o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos professores em conjunto com o coordenador geral do Programa;
- Elaborar e acompanhar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação dos alunos;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento do vestibular especial, em conjunto com o coordenador geral do Programa;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados nos cursos do Programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades docentes, tais como, o Estágio Curricular Supervisionado, a Prática na Dimensão Docente, as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais e Trabalhos de Conclusão de Curso;
- Solicitar dos docentes relatórios de atividades, com a finalidade de realizar a certificação do pagamento da bolsa;
- Solicitar ao coordenador geral, o cancelamento ou a suspensão do pagamento da bolsa de coordenador local e/ ou docentes se for caso;
- Auxiliar o coordenador geral na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- Manter o coordenador geral informado sobre o andamento e desenvolvimento do curso sob sua coordenação.

F - coordenador(a) Local

- Auxiliar o coordenador de curso e coordenador geral no desenvolvimento de suas atividades;
- acompanhar as atividades das turmas do Programa no município para o qual for indicado;
- participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos relativos ao Programa;

- auxiliar o coordenador de curso no acompanhamento do registro acadêmico dos alunos matriculados nas turmas do município sob sua coordenação;
- acompanhar e supervisionar o cumprimento das atividades dos docentes, que atuam nas turmas especiais do município sob sua coordenação, com a finalidade de subsidiar a certificação do pagamento da bolsa pelo coordenador geral;
- informar ao coordenador de curso a relação de frequência dos docentes, assim como outras informações inerentes ao fazer docente;
- auxiliar o coordenador de curso na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- manter o coordenador de curso informado sobre o andamento e desenvolvimento das turmas no município;
- dar apoio pedagógico aos alunos, facilitando acesso à internet, textos, registros acadêmicos, reprografia, outros;
- estimular e auxiliar a realização de trabalhos complementares do curso, como:
 - Palestras/seminários/congressos/cursos dentro e fora da instituição/ciclos de debates, etc..
 - Pesquisas e/ou iniciação científica/extensão universitária, tanto para os alunos como para os professores.

G - secretário(a) Local

Auxiliar nas atividades do(a) coordenador(a) local.

H- assistente Local

Auxiliar nas atividades do(a) coordenador(a) local.

Corpo docente

O corpo docente do Programa será composto preferencialmente, por professores do quadro efetivo da UEMASUL e das demais IESs públicas presentes na área de atuação do Programa. Em caso de necessidade, será aberto processo seletivo para a contratação de professores, conforme a demanda.

O docente que atuará no programa desenvolverá as seguintes atividades:

- Planejar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas;
- Adequar conteúdos, metodologias e materiais didáticos, bem como, as referências

utilizadas para o desenvolvimento da (s) disciplina (s);

- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários, formação ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Desenvolver as atividades das disciplinas, conforme os recursos e metodologias previstos no projeto político-pedagógico dos cursos ofertados no âmbito do Programa;
- Realizar as avaliações dos alunos conforme o PPC do curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, sempre que solicitado, relatórios do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Colaborar, promover ou desenvolver pesquisas relacionadas ao Programa;
- Auxiliar o coordenador geral, de curso ou local na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- Manter atualizado o registro de frequência e notas no SIGAA.

10 INFRAESTRUTURA

10.1 SALA DE AULA, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECA

A estrutura de salas de aula são garantidas pelas prefeituras municipais através da assinatura de acordo de cooperação que visa garantir a disponibilidade de infraestrutura compatível com as atividades acadêmicas dos cursos, sendo organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico do Programa.

Dessa maneira, os municípios garantem a cessão de 05 (cinco) salas de aula com refrigeração e mobiliário de carteiras e mesas para o funcionamento das aulas. Como também a cessão de 02 (dois) espaços com refrigeração e mobiliário para funcionamento da coordenação local do programa, sala de informática e biblioteca. Os laboratórios de informática com acesso à internet devem garantir o acesso dos discentes ao SIGAA e ao acervo da biblioteca virtual da Universidade.

10.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A equipe de coordenação dos cursos tem como base de funcionamento o campus de Imperatriz, para reuniões de trabalho, encontros pedagógicos e despachos durante a semana.

Nos finais de semana a equipe se desloca até as Unidades Avançadas para as visitas de acompanhamento.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP Nº: 5/2005. **Relatório sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília: MEC/CNE, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Resolução Nº 01 de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. **Resolução Nº 02 de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE, 2015.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-cultural da formação do indivíduo. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

DUARTE, Sebastião Moreira. **O Projeto pedagógico dos cursos de graduação**: guia prático de redação. São Luís: PROGAE/UEMA, 2000. (Coleção Pedagógica 3).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Política e Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências profissionais e profissão docente. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARANHÃO. PNG: Plano Nacional de Graduação. **Fórum de pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras**. São Luís: UEMA, 1999

MARTINS, Lígia Márcia. Formação de professores: desafios contemporâneos e alternativas necessárias. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandei Pinto da e MILLER, Stela. **Marx, Gramsci e Vigotski**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009. p. 449-474).

MELLO, Suely Amaral. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. Campinas: Avercamp, 2004. p. 135-155.

PRETI, Oreste. **Pesquisa educacional: uma introdução aos aspectos éticos, epistemológicos e metodológicos da investigação**. Cuiabá: UFMT, 1992.

RISTOFF, Dilvo I. **Construindo outra educação**. Florianópolis: Insular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Carmem Silva Bissollida. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. São Paulo: Cortez editora, 1999.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DAREGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO(UEMASUL). **Projeto Pedagógico Institucional: PPI 2017/2021**. Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, PROGESA. Imperatriz, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI/2016-2020**. Pró-Reitoria de Planejamento, PROPLAN. São Luís, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(Org.). **O Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____ et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo, SP: Ícone/Edusp, 1988.

GALOCHA, C.; POLETO, S. S.; TAVARES, M. **AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: PARADOXOS E DESAFIOS**. @ambienteeducação, São Paulo, v. 10, p. 25-35, jan/jun 2017. ISSN 1982-8632.

OLIVEIRA, J. D. D.; PAIXÃO, P. C. M. **AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: MODALIDADES, FUNÇÕES E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**. Anais Eletrônico VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Maringá: Editora Cesumar. 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, p. 5-24, 2005/2006.